

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



BACHARELADO EM TEOLOGIA

DANILO SOARES ROCHA

**A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SANTIDADE NA HISTÓRIA DA
IGREJA**

**RIO DE JANEIRO
2025**

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro



DANILO SOARES ROCHA

**A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SANTIDADE NA HISTÓRIA DA
IGREJA**

Trabalho apresentado à Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro –
PUC-Rio, Campus Gávea, como requisito para
obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Corrêa Lima

RIO DE JANEIRO
2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu grande pai, amigo e autor da minha vocação; aquele que me deu forças e me ajudou a chegar até o fim. E à congregação Vocacionista, instituto do qual faço parte e que me possibilitou todo apoio, suporte e me oportunizou o acesso a essa educação de alta qualidade.

AGRADECIMENTOS

À minha família consanguínea, meus pais, Joaquim e Alice, minha irmã Monique e meu irmão Natan, pelo apoio e incentivo. À minha família religiosa, a Congregação Vocacionista, em especial os meus irmãos de caminhada que enfrentou comigo os problemas surgidos durante o caminho. Aos meus amigos que comemoravam comigo a cada conquista, mas que ouviam minhas reclamações quando eu não tirava 10. Ao meu grande orientador Professor Pe. Luís Corrêa Lima, pela perfeita orientação e apoio nessa monografia. E aos professores Tânia Pereira, Pe. Waldecir Gonzaga, Maria Clara Bingemer, Pe. Leonardo Agostini e Pe. Fábio Siqueira que são os meus maiores exemplos do mundo acadêmico.

RESUMO

O conceito de santidade na história da Igreja passou por uma evolução significativa, refletindo mudanças nas práticas litúrgicas, na teologia e nas dinâmicas sociais e culturais. Desde os primeiros tempos da Igreja, onde a santidade estava fortemente vinculada à martirização e ao sofrimento, até o período medieval, a santidade era vista como um modelo de perfeição espiritual acessível principalmente aos clérigos e monásticos. A canonização, nesse período, era uma forma de legitimar os santos, sendo realizada principalmente por decreto papal, com base em testemunhos de vidas exemplares. No entanto, a visão de santidade se expandiu com o tempo, sendo idealizada por São Justino Russolillo, que propunha uma santidade universal e, posteriormente confirmada com o Concílio Vaticano II, que propôs uma compreensão mais inclusiva da santidade, abrangendo todos os fiéis e não apenas os membros do clero ou os monásticos. A reforma litúrgica e o estímulo ao protagonismo dos leigos tornaram a santidade algo mais acessível no cotidiano das pessoas, enfatizando a santidade no trabalho, na vida familiar e no serviço ao próximo. O processo de canonização também passou por alterações importantes no pós-Vaticano II, com a introdução de critérios mais transparentes e a necessidade de provas mais rigorosas para a aceitação de milagres. Esse processo de modernização e democratização da santidade reflete um movimento dentro da Igreja para tornar o conceito mais próximo da realidade de todos os cristãos. Em síntese, a evolução do conceito de santidade na Igreja demonstra a adaptação do cristianismo às novas realidades do mundo contemporâneo, sem perder sua essência espiritual.

Palavras-chave: santidade, Igreja, martírio, canonização, Justino Russolillo, Concílio Vaticano II, teologia, leigos, reforma litúrgica.

ABSTRACT

The concept of holiness in the history of the Church has undergone significant evolution, reflecting changes in liturgical practices, theology, and social and cultural dynamics. From the early days of the Church, where holiness was strongly linked to martyrdom and suffering, to the medieval period, holiness was seen as a model of spiritual perfection accessible mainly to clergy and monks. Canonization, during this period, was a way to legitimize saints, primarily carried out by papal decree, based on testimonies of exemplary lives. However, the vision of holiness expanded over time, being conceived by Saint Justin Russolillo, who proposed a universal holiness and was later confirmed with the Second Vatican Council, which proposed a more inclusive understanding of holiness, encompassing all the faithful and not just members of the clergy or monastic communities. The liturgical reform and the encouragement of lay involvement made holiness more accessible in people's daily lives, emphasizing holiness in work, family life, and service to others. The canonization process also underwent significant changes post-Vatican II, with the introduction of more transparent criteria and the need for more rigorous evidence for the acceptance of miracles. This process of modernization and democratization of holiness reflects a movement within the Church to bring the concept closer to the reality of all Christians. In summary, the evolution of the concept of holiness in the Church demonstrates the adaptation of Christianity to the new realities of the contemporary world, while maintaining its spiritual essence.

Keywords: holiness, Church, martyrdom, canonization, Justin Russolillo, Second Vatican Council, theology, laity, liturgical reform.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	12
3. A SANTIDADE NA ERA APOSTÓLICA	14
3.1 A santidade nas escrituras: fundamentos no antigo e no novo testamento .	16
3.1.1 A Santidade em Levítico: Separação, Pureza e Pertencimento a Deus	17
3.1.2 A Santidade nas Cartas Paulinas: Os "Santos" como Povo de Deus em Cristo.....	17
3.1.2 A Santidade em 1 Pedro: A Vocação de um Povo Sacerdotal.....	18
4. A CONSOLIDAÇÃO DA SANTIDADE NOS PRIMEIROS SÉCULOS.....	20
4.1 A idade média: a santidade e o culto aos santos	22
5. A REFORMA PROTESTANTE E A REDEFINIÇÃO DA SANTIDADE	26
5. 1 A igreja pós-reforma: o concílio de Trento e a reafirmação da santidade	28
6. SÃO JUSTINO RUSSOLILLO: O PRECURSOR DO CONCÍLIO VATICANO II ...	32
6.1 A missão da Igreja e a edificação do Corpo de Cristo	33
6.2 A vontade de Deus e a ação da graça	34
6.3 A Eucaristia como centro da espiritualidade	35
6.4 A presença transformadora de Cristo no coração dos fiéis.....	36
6.5 A Palavra de Deus como alimento espiritual diário	37
6.6 O pecado como caminho paradoxal de redenção.....	38
6.7 A santificação como vocação da criação	40
6.8 A santidade como responsabilidade e imperativo	41
7. O CONCÍLIO VATICANO II: A SANTIDADE COMO VOCAÇÃO UNIVERSAL...	
7.1 A constituição dogmática <i>Lumen Gentium</i> : a santidade redefinida.....	45
7.2 Santidade e missão no mundo contemporâneo	48

7.3 O processo de canonização Pós-Vaticano II	50
8. DISCUSSÃO E RESULTADOS	53
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1. INTRODUÇÃO

A evolução do conceito de santidade ao longo da história da Igreja reflete não apenas transformações teológicas, mas também mudanças sociais, culturais e políticas que marcaram as diferentes épocas da cristandade. A santidade, entendida inicialmente como um estado de vida excepcional de comunhão com Deus, sofreu diversas revisões conforme as questões internas da Igreja se entrelaçaram com os contextos históricos. O que é considerado santo em um período pode não ser reconhecido como tal em outro, dado que as definições de virtude, pureza e dedicação à vida cristã se ajustam conforme as necessidades da Igreja e da sociedade em determinadas circunstâncias. O conceito de santidade, portanto, não é estático; ele acompanha a dinâmica de uma Igreja que se adapta ao mundo ao seu redor, muitas vezes de maneira contraditória e, em outras, de forma profundamente reformista. A santidade, que no início se restringia a um círculo pequeno de mártires e bispos, expandiu-se ao longo dos séculos para incluir uma vasta gama de figuras, desde padres até leigos e mulheres que, por suas ações e testemunhos, foram consideradas modelos de virtude cristã (ARAGÃO, 2021).

Durante os primeiros séculos do cristianismo, a santidade foi definida essencialmente pela capacidade de uma pessoa seguir com rigor os ensinamentos de Cristo, muitas vezes até o ponto de sacrificar a própria vida, como foi o caso dos mártires. O martírio, então, passou a ser visto como o maior testemunho da fé cristã e um modelo a ser seguido. A Igreja primitiva, com seu grande foco na perseguição e nas condições de vida adversas para os cristãos, viu o martírio como uma forma suprema de santidade. Não havia, naquele momento, um processo formal para declarar alguém santo, pois todos os cristãos que morriam pela fé eram, de fato, considerados mártires. O culto aos mártires e a veneração cresceram significativamente com a expansão da Igreja e, por meio disso, surgiram as primeiras manifestações de um conceito organizado de santidade (DE OLIVEIRA; JUNIOR, 2022).

Contudo, com a institucionalização da Igreja Católica após o Concílio de Nicéia, no século IV, a definição de santidade passou a ser mais regulada e controlada pela hierarquia eclesiástica. Neste período, começou a se configurar um processo formal de canonização, onde a Igreja se viu na necessidade de distinguir entre aqueles que realmente viveram uma vida de santidade e aqueles que poderiam ser considerados

apenas exemplos de virtude. A definição de santidade, que antes era mais intuitiva e ligada à experiência popular, passou a ser normatizada pela autoridade papal e pelos concílios ecumênicos, com critérios específicos, como a realização de milagres, a ascese rigorosa e o testemunho de vida em conformidade com os dogmas da Igreja (ALCANTARA et al., 2020).

A Idade Média foi um período de grande importância para a evolução do conceito de santidade, especialmente com o fortalecimento do culto aos santos e o surgimento das ordens monásticas. Durante este período, a santidade passou a ser associada a práticas como a oração incessante, o retiro do mundo e a busca pela perfeição espiritual em mosteiros e conventos. As grandes figuras da Igreja medieval, como São Francisco de Assis e Santa Teresa de Ávila, representavam modelos de santidade que estavam ligados à renúncia do mundo material e ao compromisso com a pobreza, a caridade e a humildade. Esses ideais se fundiram com a busca por uma maior ascese e pureza, enquanto a Igreja, cada vez mais influente, promovia a santidade como um meio de legitimar seu poder religioso e temporal (DE SÁ BRANDÃO, 2024).

No entanto, a ideia de santidade na Igreja medieval não se limitava apenas à vida monástica. As devoções populares também desempenhavam um papel crucial, com grande parte da população reconhecendo como santos figuras do clero e, muitas vezes, até pessoas comuns que demonstravam virtude extraordinária. O culto aos santos, nesse período, tornou-se um dos pilares da fé cristã, com uma ênfase nas relíquias e nas celebrações litúrgicas. A fé popular passava, muitas vezes, ao largo dos processos formais de canonização, mas não deixava de ser essencial para a vivência da santidade em uma escala mais ampla. Aqui, a santidade era vista como uma graça acessível a todos, e a Igreja assumia seu papel de mediadora entre os fiéis e os santos (ALCANTARA et al., 2020).

O Renascimento e a Reforma Protestante, nos séculos XV e XVI, representaram uma mudança significativa nas concepções de santidade. A Reforma, liderada por figuras como Martinho Lutero, desafiou os métodos tradicionais da Igreja Católica e, em muitos aspectos, questionou a própria estrutura de autoridade e os processos de canonização. Lutero e outros reformadores propuseram que a santidade não estava necessariamente vinculada ao cumprimento de normas externas ou à intercessão dos santos, mas à fé direta em Cristo. A ideia de santidade se democratizou, e todos os cristãos eram considerados iguais diante de Deus, sem a

necessidade de uma hierarquia eclesiástica para mediar essa relação. Essa nova visão reduziu a centralidade dos santos na vida dos fiéis e enfatizou a importância de uma vida cristã autêntica e pessoal, fundada na graça e na leitura direta das Escrituras (CAIXETA, 2020).

No período moderno, a santidade continuou a ser um tema relevante, especialmente dentro da Igreja Católica, que buscava reconfigurar seu entendimento de santidade após os desafios trazidos pelas reformas protestantes. As figuras santas passaram a ser mais associadas a virtudes de humildade, caridade e serviço ao próximo, e a canonização de santos passou a ser um meio de reafirmar a identidade católica frente aos desafios teológicos e culturais. No século XIX, com o Papa Pio IX e o início de uma grande série de canonizações, a Igreja reforçou a necessidade de uma santidade que fosse ao mesmo tempo modelo para os fiéis e instrumento de fortalecimento da fé católica em um contexto de crescente secularização (ARAGÃO, 2021).

Nas últimas décadas, a definição de santidade passou a se expandir ainda mais, incluindo novas figuras que representavam uma santidade mais próxima das questões sociais, como o martírio em nome da justiça social e os testemunhos de vida de santos que viveram em ambientes mais complexos. O exemplo de figuras como Oscar Romero, que foi beatificado e canonizado no século XXI, demonstrou uma nova forma de entender a santidade, mais conectada com as lutas políticas, econômicas e sociais da contemporaneidade. Além disso, os papas modernos, como João Paulo II e Francisco, têm promovido uma reflexão mais inclusiva sobre a santidade, enfatizando o papel dos leigos, dos pobres e dos marginalizados como exemplos de virtude cristã (DE SÁ BRANDÃO, 2024).

Assim, a evolução do conceito de santidade ao longo da história da Igreja é um reflexo da própria evolução da Igreja e das mudanças na sociedade. De um ideal restrito aos mártires e líderes religiosos, a santidade se expandiu para englobar diferentes formas de vida cristã, incluindo aqueles que, em sua simples devoção e serviço ao próximo, demonstraram o amor e a graça de Deus. A santidade deixou de ser uma qualidade distante e quase inacessível, tornando-se uma vocação universal que toca a todos os cristãos, independentemente de sua posição social, cultural ou histórica (DE OLIVEIRA; JUNIOR, 2022).

O conceito de santidade, inicialmente associado aos mártires da fé cristã, passou por uma série de modificações à medida que a Igreja se estruturava de

maneira mais formal, estabelecendo processos de canonização e, por conseguinte, novos critérios para reconhecer figuras santas. Ao investigar como esses critérios e percepções se alteraram com o tempo, podemos obter uma visão mais clara de como a Igreja se posicionou frente aos desafios de diferentes períodos históricos e como a santidade foi utilizada como uma ferramenta de afirmação da fé. Este estudo, portanto, é relevante não apenas para a história da Igreja, mas também para entender as relações entre fé, poder e identidade, que sempre foram centrais na história do cristianismo.

A problemática que se coloca diante deste estudo diz respeito à maneira como o conceito de santidade foi moldado e redefinido conforme o contexto histórico, político e cultural da Igreja. A principal questão a ser abordada é como a Igreja, ao longo dos séculos, adaptou a definição de santidade para lidar com os desafios internos e externos, como heresias, reformas e o processo de secularização que se intensificou a partir da Idade Moderna. Embora a santidade tenha começado como um ideal universal de imitação de Cristo, passou a ser, com o tempo, um atributo formalizado e regulamentado pela Igreja, o que nos leva a questionar: como a definição de santidade serviu para legitimar e reforçar a autoridade e os valores da Igreja em momentos de crise? Como as mudanças sociais e teológicas influenciaram a figura dos santos e sua relação com o povo? A evolução do conceito de santidade envolve uma análise profunda sobre as escolhas de quem seria ou não digno de ser canonizado e como isso refletiu as dinâmicas de poder dentro da Igreja, além de seu papel na sociedade.

Com isso, os objetivos deste trabalho são, primeiramente, investigar as principais transformações do conceito de santidade ao longo da história da Igreja, buscando compreender as diferentes influências teológicas, culturais e políticas que moldaram essa evolução. O segundo objetivo é examinar como a canonização, processo formal de reconhecimento da santidade, foi moldado por diferentes papas, concílios e movimentos reformistas, levando em consideração os critérios e as mudanças nas práticas litúrgicas e devocionais.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho é de revisão bibliográfica, tendo como objetivo a análise crítica das transformações no conceito de santidade ao longo da história da Igreja, desde a era apostólica até o Concílio Vaticano II. A revisão bibliográfica é uma abordagem metodológica que permite reunir e sistematizar o conhecimento já produzido sobre um determinado tema, sendo uma ferramenta essencial para compreender a evolução do conceito de santidade, que se transformou significativamente ao longo dos séculos. A partir de fontes acadêmicas, teológicas e históricas, a metodologia busca traçar as linhas do tempo que marcam as principais modificações no entendimento de santidade na Igreja, identificando os fatores e os contextos que influenciaram essas mudanças.

Inicialmente, a revisão bibliográfica se baseará em fontes primárias, como os escritos dos primeiros cristãos, incluindo as Epístolas Apostólicas, os Atos dos Apóstolos e outros documentos do Novo Testamento que fornecem uma visão sobre os primeiros entendimentos da santidade no cristianismo primitivo. A leitura desses textos será fundamental para entender como, na era apostólica, a santidade estava ligada a um conceito de martírio e de testemunho da fé, principalmente entre os primeiros cristãos que foram perseguidos pelo Império Romano. Nesse período, o conceito de santidade estava fortemente atrelado à ideia de sofrimento por Cristo, sendo os mártires reconhecidos como aqueles que seguiam o exemplo de Cristo até o sacrifício final de suas vidas. Esta fase inicial do cristianismo será abordada com base na análise das obras de autores como Tertuliano e Orígenes, cujos escritos revelam a centralidade do martírio como um critério de santidade. Além disso, a pesquisa buscará entender como a Igreja primitiva tratava a santidade de forma popular, em um contexto no qual os mártires eram considerados modelos, ainda sem um processo formal de canonização.

A evolução do conceito de santidade no período subsequente, especialmente durante os primeiros séculos do cristianismo, será analisada com foco na formalização da Igreja e no estabelecimento de estruturas hierárquicas, que começaram a influenciar a definição de santidade. Após o final das perseguições romanas e com a consolidação do cristianismo como religião oficial do Império Romano, a Igreja passou a articular um novo modelo de santidade, que não se limitava mais ao martírio, mas envolvia outros aspectos da vida cristã. Nesse contexto, autores como Santo

Agostinho, com suas obras teológicas e filosóficas, desempenham um papel central ao refletir sobre a natureza da santidade em uma Igreja que, agora, tinha de lidar com uma base de fiéis mais ampla e diversificada. A análise das discussões teológicas sobre graça, virtude e ascetismo será fundamental para entender como a Igreja começou a associar a santidade a uma vida de renúncia ao mundo e de busca pela perfeição cristã, com destaque para as práticas monásticas que surgiram em várias regiões do Império Romano.

A revisão bibliográfica também abordará as mudanças no conceito de santidade durante a Idade Média, um período marcado pelo auge da Igreja Católica como instituição e pela expansão do culto aos santos. Nesse período, a santidade passou a ser identificada com um estilo de vida de extrema renúncia, como exemplificado nas figuras dos santos padroeiros de várias ordens religiosas, como São Francisco de Assis e Santa Clara. O estudo se concentrará na análise das hagiografias e dos escritos teológicos de figuras como São Bernardo de Claraval e Tomás de Aquino, que, ao refletir sobre a santidade, ajudaram a consolidar o modelo de vida monástica como ideal de santidade. Durante a Idade Média, o processo de canonização também começou a ser formalizado, com a Igreja adotando critérios mais rigorosos para reconhecer oficialmente a santidade, o que incluiu a realização de milagres atribuídos aos candidatos à santidade. Essa formalização será analisada em fontes históricas e documentos papais da época, que descrevem a crescente burocratização da Igreja e sua tentativa de regularizar o processo de santificação.

3. A SANTIDADE NA ERA APOSTÓLICA

A santidade na Era Apostólica, período que corresponde aos primeiros anos do cristianismo, foi marcada por um entendimento profundamente ligado ao martírio e à fidelidade absoluta a Cristo. Nesse período, os cristãos estavam frequentemente em situações de perseguição, especialmente sob o Império Romano, o que fez com que a figura do mártir se tornasse o principal modelo de santidade. Os cristãos eram desafiados a seguir os ensinamentos de Cristo não apenas em suas vidas cotidianas, mas, muitas vezes, até com o sacrifício de suas próprias vidas. Para os primeiros cristãos, a santidade estava intimamente ligada à disposição para morrer por causa da fé, imitando, assim, o próprio Cristo, que morreu na cruz para a salvação da humanidade. Essa concepção de santidade se refletia em uma espiritualidade que valorizava o sofrimento e a entrega completa à causa divina, como destaca o pensamento teológico de autores da época (GOMES, 2023).

O martírio, na visão dos primeiros cristãos, não era apenas uma morte física, mas uma forma de testemunho máximo da fé, um ato de imitação direta de Cristo. Essa concepção de santidade era completamente integrada ao contexto da perseguição religiosa em que os cristãos estavam inseridos. Os apóstolos e discípulos de Jesus, como Pedro e Paulo, cujos martírios foram amplamente documentados, tornaram-se os primeiros modelos de santidade, não apenas pela sua proximidade com Cristo, mas pela coragem de testemunhar sua fé até a morte (DA SILVEIRA SIQUEIRA, 2023). O exemplo desses apóstolos, como líderes da Igreja primitiva, foi fundamental para a construção do entendimento de que a santidade estava diretamente ligada ao sacrifício pessoal e à resistência diante da perseguição.

Durante esse período, a santidade também era marcada por uma compreensão de que os cristãos eram chamados a viver de forma radicalmente diferente da sociedade em que estavam inseridos, especialmente em relação aos valores pagãos predominantes. A santidade, portanto, também era vista como uma forma de resistência contra os costumes da sociedade romana e seus valores hedonistas. A vida de santidade era entendida como um chamado a viver de forma austera, voltada para a pureza, a oração constante e a caridade. Esses princípios formavam a base da espiritualidade cristã primitiva, e muitos dos primeiros cristãos buscavam em suas

vidas refletir as virtudes ensinadas por Cristo e pelos apóstolos, como a humildade, a paciência e a disposição para o sacrifício (MARTÍN, 2022).

A santidade na Era Apostólica, portanto, estava mais associada a um estado de vida do que a uma manifestação exterior de virtudes. O exemplo de Cristo como modelo supremo e a ideia de que todos os cristãos eram chamados à perfeição espiritual, ainda que em diferentes formas, sustentavam a espiritualidade cristã da época. A santidade estava longe de ser vista como uma posição de destaque ou de elevação social, ao contrário, ela se associava ao sofrimento, à humildade e ao martírio, e somente aqueles que estavam dispostos a seguir esse caminho eram vistos como verdadeiramente santos. Essa compreensão de santidade era também uma forma de legitimar e fortalecer a identidade dos cristãos em uma sociedade onde o cristianismo ainda era uma minoria, frequentemente sujeita a duras perseguições (ALVES; SARAIVA PAIVA; DE SOUSA, 2022).

A prática de venerar os mártires e sua associação com a santidade também foi uma característica importante dessa fase. Os primeiros cristãos, especialmente nos primeiros séculos, começaram a reconhecer como santos aqueles que haviam morrido pela fé, e essa prática se tornou um ponto de união para a comunidade cristã, que via no martírio uma confirmação da verdade da fé cristã. As relíquias desses mártires passaram a ser um importante objeto de veneração, como símbolo de sua santidade, e as igrejas começaram a ser construídas sobre os túmulos desses mártires, reforçando ainda mais a ligação entre santidade e sacrifício. Isso marcou uma transição do entendimento inicial de santidade, mais centrado em uma virtude pessoal, para uma compreensão coletiva de santidade, ligada à memória e veneração dos mártires (DURÃES, 2021).

Contudo, essa veneração dos mártires não se restringia a um simples ato de venerar, mas estava ligada a uma profunda prática de imitação dos seus exemplos. Os primeiros cristãos buscavam seguir a vida dos mártires, imitando suas virtudes e sua disposição para o sofrimento em nome de Cristo. Dessa maneira, a santidade era entendida como um ideal a ser alcançado por todos os cristãos, independentemente de sua posição social ou status na comunidade. Essa ideia de imitação dos santos é uma das características que define a santidade na Era Apostólica, e servia de base para a formação espiritual dos cristãos primitivos, que viam os mártires como exemplos concretos de como viver segundo os ensinamentos de Cristo (ARAGÃO, 2021).

É importante também destacar que a ideia de santidade na Era Apostólica estava fortemente ligada ao testemunho público da fé. O cristianismo primitivo não possuía ainda uma estrutura formal de canonização, como viria a ser estabelecido em séculos posteriores, mas os cristãos reconheciam a santidade nas ações de seus irmãos e irmãs na fé, especialmente aqueles que se destacavam pela pureza de vida, pela dedicação ao serviço cristão e, acima de tudo, pela disposição de enfrentar a morte em nome de Cristo. A santidade era, assim, vista como algo a ser testemunhado publicamente, e não algo privado ou oculto. O testemunho era a forma de evidenciar a presença de Deus na vida de uma pessoa, e os mártires se tornaram, assim, os principais modelos de santidade por sua capacidade de afirmar sua fé diante das adversidades (GOMES, 2023).

O conceito de santidade na Era Apostólica não era, portanto, apenas um ideal teológico ou espiritual, mas estava profundamente imerso na realidade concreta de uma comunidade em constante perseguição. A santidade era, nesse sentido, uma prática de resistência espiritual e moral, que ajudava a fortalecer a identidade cristã em um contexto hostil. Para os cristãos primitivos, ser santo significava ser fiel até o fim, mesmo diante da morte, e esse entendimento da santidade ajudou a moldar a Igreja primitiva, que, apesar das dificuldades, se espalhou por diversas regiões do Império Romano, influenciando a história religiosa subsequente (DA SILVEIRA SIQUEIRA, 2023).

3.1 A santidade nas escrituras: fundamentos no antigo e no novo testamento

A compreensão da santidade na Era Apostólica, embora marcada pela proeminência do martírio como testemunho radical da fé, não surge de um vácuo teológico. Pelo contrário, ela se enraíza em uma profunda e antiga tradição bíblica que define a própria identidade da relação entre Deus e seu povo. A exortação à santidade e a veneração daqueles que a encarnaram de forma exemplar são desdobramentos de uma semente plantada nas páginas do Antigo Testamento, que germina e floresce de maneira nova e definitiva em Cristo, conforme atestam os escritos do Novo Testamento. Para compreender a evolução histórica do conceito, é imperativo retornar a essas fontes primárias, analisando como o termo "santo" é empregado no livro do Levítico, nas cartas Paulinas e na primeira epístola de Pedro, que oferecem os pilares para toda a teologia da santidade cristã.

3.1.1 A Santidade em Levítico: Separação, Pureza e Pertencimento a Deus

No coração da Torá, o livro do Levítico estabelece o paradigma fundamental da santidade no Antigo Testamento. A santidade, em hebraico *qadosh*, é, antes de tudo, um atributo de Deus. Ele é o "Santo de Israel", uma expressão que denota Sua transcendência, Sua alteridade radical em relação a tudo o que é criado, finito e profano. A santidade divina não é primeiramente uma qualidade moral, mas ontológica: Deus é separado, único e totalmente diferente.

É dessa santidade fontal de Deus que deriva o chamado dirigido a Israel. A frase-chave que ecoa por todo o livro e, posteriormente, por toda a Escritura, é: "Sereis santos, porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo" (Lv 19,2; cf. 11,44-45; 20,26). A santidade de Israel, portanto, não é uma conquista humana, mas uma vocação que brota da Aliança. O povo é "santo" porque Deus o "separou" (consagrou) dos outros povos para pertencer exclusivamente a Ele.

Essa separação deveria se manifestar concretamente em todas as esferas da vida, por meio da obediência a um código de pureza ritual, moral e social. As leis sobre alimentos puros e impuros (Lv 11), a pureza sexual (Lv 18), a justiça nas relações sociais (Lv 19) e o calendário litúrgico (Lv 23) não eram meras regras externas, mas mediações pedagógicas para que o povo encarnasse, em sua existência histórica, a santidade do Deus a quem servia. Ser santo, em Levítico, significava viver uma vida marcada pela distinção e pela conformidade com a vontade do Deus transcendente que habitava no meio deles.

3.1.2 A Santidade nas Cartas Paulinas: Os "Santos" como Povo de Deus em Cristo

Quando nos voltamos para os escritos do apóstolo Paulo, encontramos uma transformação e uma universalização desse conceito. Paulo se dirige consistentemente às comunidades cristãs como "os santos" (em grego, *hagioi*). No início de suas epístolas, é comum a saudação: "a todos os amados de Deus, chamados a ser santos (*hagioi*), que estais em Roma" (Rm 1,7) ou "à Igreja de Deus que está em Corinto, aos santificados em Cristo Jesus, chamados a ser santos (*hagioi*)" (1Co 1,2).

Essa terminologia revela uma mudança teológica crucial. Para Paulo, "santos" não é um título reservado a uma elite espiritual ou a heróis da fé já falecidos. "Santos"

é a identidade de todos os batizados. A santidade não é mais primariamente alcançada pela observância da Lei mosaica ou pela pureza ritual ligada ao Templo, mas pela incorporação em Cristo. É a graça de Deus que, por meio da fé e do batismo, "santifica" os crentes, separando-os do mundo do pecado e consagrando-os a Deus no corpo de Seu Filho (cf. Ef 1,4).

Contudo, essa santidade "posicional" — o estado de já ter sido feito santo em Cristo — exige uma resposta existencial. Surge aqui a tensão paulina entre o indicativo (o que o cristão *é*) e o imperativo (o que ele *deve fazer*). Porque já são santos, os cristãos devem viver de maneira santa. Paulo exorta: "Esta é a vontade de Deus: a vossa santificação" (1Ts 4,3). A vida moral, a pureza, o amor fraterno e o serviço mútuo são as consequências lógicas da nova identidade recebida. A santidade, para Paulo, é ao mesmo tempo dom e tarefa, uma realidade já recebida em Cristo e um caminho a ser percorrido na força do Espírito Santo.

3.1.2 A Santidade em 1 Pedro: A Vocação de um Povo Sacerdotal

A primeira epístola de Pedro oferece uma síntese magistral, conectando explicitamente o chamado à santidade do Antigo Testamento com a nova realidade da Igreja. Dirigindo-se a comunidades cristãs dispersas e em meio a hostilidades, o autor fundamenta a identidade delas na vocação à santidade, citando diretamente o livro do Levítico: "A exemplo da santidade daquele que vos chamou, sede também vós santos, em todo o vosso proceder. Porquanto diz a Escritura: Sede santos, porque eu sou santo" (1Pd 1,15-16).

Aqui, a santidade é apresentada como a vocação que define o modo de ser do cristão no mundo. Mais do que isso, essa santidade tem um caráter marcadamente eclesial e missionário. Pedro utiliza para a Igreja os grandes títulos de Israel: "Vós, porém, sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que anuncieis as grandezas daquele que vos chamou das trevas para a sua maravilhosa luz" (1Pd 2,9).

A santidade da Igreja não é um fim em si mesma; ela qualifica o povo de Deus para sua missão sacerdotal no mundo: anunciar a obra salvadora de Deus. Ser uma "nação santa" significa ser um povo separado e consagrado, cujo modo de vida distinto — marcado pela fé, esperança e amor (cf. 1Pd 1,21-22) — torna-se um testemunho vivo para as nações. A santidade, em 1 Pedro, é a base da identidade do Povo de Deus e o motor de sua missão evangelizadora.

Esses fundamentos bíblicos demonstram que a santidade cristã é, desde sua origem, uma participação na vida do Deus Santo, um chamado à conformação com Cristo e uma vocação que define a identidade e a missão de toda a Igreja. É sobre esta rocha teológica que os conceitos posteriores de martírio, ascese e virtude heroica foram edificados.

4. A CONSOLIDAÇÃO DA SANTIDADE NOS PRIMEIROS SÉCULOS

A partir do momento em que o cristianismo deixou de ser uma religião clandestina, perseguida pelo Império Romano, e se tornou a religião oficial do império, especialmente após o Édito de Milão em 313 d.C., o conceito de santidade passou a ser tratado de forma mais estruturada e institucionalizada. Inicialmente, a santidade estava ligada fortemente à figura do mártir, aquele que dava sua vida pela fé em Cristo. Os primeiros cristãos viam o martírio como o maior sinal de santidade, refletindo a imitação de Cristo, que, por sua vez, foi crucificado em nome de sua missão. Nos primeiros séculos, os cristãos não tinham um sistema formalizado de canonização, mas o martírio era o critério fundamental para a santidade. Aqueles que morriam pela fé eram imediatamente venerados como santos, e sua memória era celebrada nas comunidades. Esta prática, em grande parte, se formou a partir da necessidade de dar visibilidade e reconhecer publicamente os feitos heroicos dos mártires, transformando-os em modelos para toda a Igreja (Paranhos, 2022).

No entanto, com o fim das perseguições romanas e a ascensão do cristianismo como religião oficial do império, novas dinâmicas sociais e culturais começaram a impactar o conceito de santidade. A mudança do martírio para uma busca mais interiorizada de santidade, não necessariamente atrelada ao sofrimento físico, começou a ser mais discutida. O início da Idade Média viu o surgimento de uma ênfase nas práticas ascéticas e monásticas, com figuras como Santo Antão do Egito e os primeiros eremitas e monges que buscavam a santidade em uma vida de retiro e penitência. A santidade começou a ser associada à fuga do mundo, à negação do corpo e à busca pela pureza espiritual. Em muitas regiões do Império Romano, especialmente no Oriente, o monaquismo se espalhou como um modelo ideal de vida cristã. Os monges viam a vida como uma luta contínua contra as tentações do mundo e do corpo, e, para eles, essa luta era o caminho para atingir a santidade. Nesse cenário, o conceito de santidade passou a ser mais universal, englobando não apenas os mártires, mas também aqueles que, em vida, se consagravam à busca de uma união mais profunda com Deus, por meio da oração, jejum e outras práticas ascéticas (Boff, 2022).

Além disso, no período da consolidação da santidade nos primeiros séculos, a Igreja começou a se organizar de forma mais estruturada, estabelecendo hierarquias

eclesiásticas que ajudavam a determinar os critérios para reconhecer a santidade. No século IV, a Igreja, sob a liderança do Papa São Damaso I, começou a implementar um processo de reconhecimento oficial dos santos. Este processo foi gradualmente formalizado, e as primeiras canonizações começaram a ocorrer, embora de forma muito menos burocrática do que se veria mais tarde. A identificação de santos era, na maior parte das vezes, um reconhecimento popular, baseado em tradições locais e na devoção do povo. Contudo, o papel da Igreja como mediadora dessa santidade foi se tornando mais claro, com a promoção de santos que representavam os ideais da fé cristã. Os critérios para a canonização começaram a se tornar mais rigorosos, e o culto aos santos passou a ser cada vez mais regulamentado, com a criação de festas litúrgicas para honrar os santos e mártires (Leal, 2021).

Outro ponto importante na consolidação da santidade nos primeiros séculos foi a inserção do conceito de santidade nas liturgias e práticas sacramentais da Igreja. A Eucaristia, que já era considerada uma participação no corpo e sangue de Cristo, passou a ser vista também como um meio pelo qual os fiéis poderiam se unir ao Cristo santificado, e, assim, aproximar-se de uma vida de santidade. O próprio ato de celebrar a Eucaristia tornava os fiéis mais próximos da santidade, uma vez que a participação ativa nesse sacramento os unia ao mistério de Cristo e sua obra de salvação. A relação entre santidade e os sacramentos foi se aprofundando à medida que a Igreja se organizava para oferecer um caminho mais concreto para a santificação dos fiéis, o que foi essencial para que a Igreja católica se consolidasse como a autoridade suprema em questões espirituais. Essa relação entre a santidade e a celebração dos sacramentos não apenas fortaleceu a crença na santidade de alguns membros da Igreja, mas também ajudou a solidificar a centralidade dos rituais como instrumentos necessários para alcançar a santidade (Paranhos, 2022).

A ascensão de figuras e movimentos religiosos, como os monges e as ordens monásticas, também desempenhou um papel significativo na consolidação do conceito de santidade. As práticas monásticas foram vistas como um modelo de vida cristã, com suas rígidas regras de oração, trabalho e meditação. Muitos monges, como São Basílio e São João Cassiano, estabeleceram regras que ainda hoje servem como referência para as comunidades monásticas. Essas ordens tiveram um impacto profundo na Igreja, pois introduziram uma nova visão sobre o que significava ser santo, ampliando a ideia de que a santidade não se limitava aos mártires ou a figuras como os apóstolos, mas estava ao alcance de qualquer cristão disposto a viver uma

vida dedicada à oração e à penitência. Essa concepção de santidade foi se espalhando por todo o Império Romano, criando uma rede de comunidades monásticas que, por sua vez, contribuíam para a propagação da fé cristã em novos territórios (Gomes, 2023).

Com a popularização do culto aos santos, a Igreja também passou a incentivar a devoção pública a essas figuras santas, muitas vezes associando-os a lugares específicos e a feitos extraordinários. Os santos passaram a ser considerados intercessores poderosos entre os fiéis e Deus, com a crença de que, ao pedir a intercessão de um santo, os fiéis poderiam alcançar graças e milagres. Assim, o culto aos santos se espalhou, com muitas cidades, igrejas e até países adotando seus próprios santos padroeiros. Esta prática também se consolidou com a criação de festas litúrgicas em honra aos santos, o que ajudou a aumentar a visibilidade de suas vidas e a fortalecer a prática da veneração. A Igreja viu nesses santos não apenas exemplos de virtude, mas também fontes de poder espiritual que podiam influenciar positivamente a vida dos fiéis (Santos, 2020).

De um conceito inicial ligado essencialmente ao martírio e à imitação de Cristo, a santidade passou a ser reconhecida em outras formas de vida cristã, como a ascese monástica e a veneração dos santos. A Igreja desempenhou um papel central nesse processo de consolidação, estabelecendo a canonização e a liturgia como formas de legitimar e difundir a santidade. A evolução do conceito de santidade, portanto, foi essencial para a afirmação da Igreja como a autoridade religiosa no Império Romano e para o desenvolvimento de uma teologia mais aprofundada sobre o papel dos santos e sua importância na vida cristã (Boff, 2022).

4.1 A idade média: a santidade e o culto aos santos

A Idade Média foi um período fundamental na definição do conceito de santidade dentro da Igreja Católica, marcada pela formalização do culto aos santos e pela ampliação do papel da santidade na vida da Igreja e de seus fiéis. Nesse período, a santidade deixou de ser apenas uma característica de mártires e passou a se associar a uma vida de virtude extrema, muitas vezes ligada ao ascetismo e à renúncia do mundo material. Esse processo de transformação não apenas moldou a compreensão teológica sobre o que constituía uma vida santa, mas também refletiu as complexas dinâmicas sociais, políticas e religiosas da época, em um contexto de crescimento da Igreja e fortalecimento de sua autoridade. A figura dos santos

começou a ser central para a vivência religiosa, sendo amplamente venerada como modelos de virtude e mediadores entre os fiéis e Deus.

O culto aos santos na Idade Média foi intensificado pela crescente necessidade da Igreja de fortalecer sua autoridade e de estabelecer modelos de virtude que pudessem servir de guia para os cristãos. Neste período, a santidade deixou de ser algo exclusivamente reservado aos mártires e começou a abranger uma gama mais ampla de figuras, como monásticos, eremitas, bispos e até leigos. Esses santos eram vistos como pessoas que haviam alcançado um grau de perfeição espiritual através de suas ações de caridade, oração e renúncia ao mundo. O surgimento das ordens monásticas, como os beneditinos, cistercienses e franciscanos, foi uma das principais formas de vivência dessa santidade, onde a vida ascética era considerada um caminho seguro para a santidade. De acordo com Nuno de Pinho Falcão, os modelos de santidade dessa época refletiam uma transformação nas concepções de perfeição espiritual, associando-a a uma vida voltada para a oração, o retiro do mundo e a busca pelo contato direto com Deus (Falcão, 2021).

O papel das hagiografias, ou relatos sobre a vida dos santos, foi essencial para a disseminação e consolidação do culto aos santos. Esses relatos, que se tornaram populares durante a Idade Média, não só ajudaram a aumentar a veneração dos santos, mas também desempenharam uma função didática, ao ensinarem os fiéis sobre os exemplos de virtude e santidade. O culto aos santos, em muitos casos, estava vinculado à veneração de relíquias e à construção de igrejas dedicadas a eles, práticas que se tornaram cada vez mais comuns à medida que a Igreja consolidava sua influência sobre as populações cristãs. A canonização formal dos santos, embora não tenha sido sistematizada na mesma forma que é hoje, começou a ser um processo mais evidente, com a Igreja reconhecendo e validando as vidas de determinados indivíduos como modelos de santidade. A ênfase nas relíquias e na proteção divina que os santos proporcionavam aos fiéis contribuiu para a popularização do culto, especialmente em um contexto medieval em que as crenças sobre o sobrenatural e o poder de intercessão eram profundamente arraigadas na vida cotidiana dos cristãos. Segundo Souza, o culto dos santos e a veneração das relíquias eram vistos como meios de alcançar proteção espiritual e material, além de garantir a salvação para os que demonstrassem devoção (Souza et al., 2023).

Além disso, durante a Idade Média, a santidade também estava intimamente ligada à construção do poder e à afirmação da autoridade da Igreja. Os santos

passaram a ser utilizados como símbolos do poder da Igreja, cuja capacidade de canonizar e promover figuras santas reforçava sua posição como a autoridade suprema sobre as questões espirituais. O processo de canonização se tornou um instrumento de legitimação não apenas da santidade, mas também do controle religioso. O Papa, em particular, assumiu um papel central nesse processo, sendo o responsável por validar as santidades e reconhecer publicamente os santos. A canonização de figuras importantes, como São Francisco de Assis, reforçou a visão da Igreja de que a santidade podia ser encontrada tanto em figuras da alta hierarquia eclesiástica como em indivíduos de origens humildes. São Francisco, por exemplo, exemplificava a santidade associada à pobreza e à humildade, virtudes que ele defendia como essenciais para a vida cristã. O movimento franciscano, fundado por ele no século XIII, tornou-se um marco da santidade medieval, já que Francisco se afastou do mundo material para se dedicar à pregação e à pobreza, desafiando, em muitos aspectos, os padrões estabelecidos pela Igreja em relação à riqueza e ao poder (Dias, 2022).

A vida e as obras de figuras como São Bernardo de Claraval e Santo Antônio de Pádua também foram essenciais para moldar o conceito de santidade nesse período. Bernardo de Claraval, um monge cisterciense, foi uma figura de grande influência, tanto teológica quanto política, e suas pregações ajudaram a disseminar o ideal monástico de santidade. Sua dedicação à oração, ao retiro e à ascese fez com que ele fosse considerado um exemplo vivo de perfeição cristã. Além disso, sua relação com o poder eclesiástico, sua participação ativa nos concílios e sua habilidade em resolver disputas entre as diferentes facções da Igreja tornaram-no um modelo de santidade que também refletia a estreita relação entre a Igreja e o poder político na Idade Média. Santos como São Antônio de Pádua, por sua vez, foram igualmente venerados por suas virtudes de caridade, pregação e poder de intercessão, características que reforçavam o papel dos santos como mediadores espirituais entre os fiéis e Deus (Paranhos, 2022).

Um outro aspecto importante do culto à santidade na Idade Média foi a crescente devoção popular, que se espalhou pelas diferentes camadas da sociedade. Embora a santidade fosse inicialmente um conceito reservado à elite eclesiástica ou a figuras da alta nobreza, com o tempo, o culto aos santos passou a abranger uma diversidade de pessoas, incluindo leigos e figuras populares. Os santos começaram a ser vistos como intercessores por excelência, mediadores do favor divino, capazes de

ajudar os fiéis a resolver questões materiais e espirituais. O culto de santos como São Cosme e Damião, por exemplo, demonstrou como a devoção popular também se adaptava às necessidades dos fiéis, buscando, muitas vezes, a cura de doenças ou a proteção contra males espirituais (Dias, 2022).

A santidade na Idade Média também estava associada a um forte elemento de testemunho da fé em um mundo permeado por dificuldades, doenças e guerras. A Igreja, ao promover o culto aos santos, procurava estabelecer modelos de resistência e perseverança diante das adversidades. A santidade estava ligada ao sofrimento e à luta espiritual, conceitos profundamente enraizados na teologia medieval. A veneração dos santos, portanto, cumpria uma função tanto de edificação espiritual quanto de apoio moral para os cristãos, que buscavam em seus exemplos forças para enfrentar os desafios de uma vida marcada pela incerteza e pelo temor do sobrenatural (Boff, 2022).

Ao longo desse período, a santidade deixou de ser uma ideia abstrata e passou a se concretizar em modelos de vida específicos, com a Igreja desenvolvendo não só uma teologia sobre a santidade, mas também um processo prático para reconhecer e legitimar aqueles que eram considerados dignos de serem elevados aos altares. O culto aos santos se expandiu, abrangendo uma variedade de figuras e proporcionando aos cristãos modelos acessíveis de vida virtuosa, enquanto a Igreja, por sua vez, consolidava seu papel de mediadora entre o humano e o divino. Esse movimento de valorização e culto dos santos marcou profundamente a história da Igreja medieval, influenciando o modo como a santidade foi compreendida e vivida até os dias atuais.

5. A REFORMA PROTESTANTE E A REDEFINIÇÃO DA SANTIDADE

Durante o período medieval, a santidade na Igreja Católica estava estreitamente ligada a uma vida monástica ou ao martírio, sendo uma virtude associada a indivíduos especiais que se destacavam por suas ações extraordinárias. No entanto, com a chegada da Reforma, liderada por figuras como Martinho Lutero e João Calvino, o conceito de santidade sofreu uma reconfiguração, passando a ser visto de uma maneira mais interiorizada e acessível a todos os fiéis, sem a necessidade de uma intermediação sacerdotal ou de uma canonização formal pela Igreja. Este novo entendimento refletia um desejo de devolver ao cristão comum o acesso à santidade, que antes parecia reservado apenas a uma elite religiosa.

Lutero, um dos principais líderes da Reforma, contestou a ideia de que a santidade estava condicionada à observância rigorosa das obras eclesásticas e ao cumprimento das normas da Igreja. Para ele, a salvação e a santidade eram consequências da fé e da graça divina, e não de práticas religiosas externas. Lutero questionou a ênfase que a Igreja Católica dava ao culto aos santos, à veneração de relíquias e ao processo de canonização, aspectos que ele via como uma distorção da verdadeira essência da fé cristã. Ele acreditava que qualquer cristão, por mais simples que fosse, poderia alcançar a santidade através da fé em Cristo, sem a necessidade de intermediários humanos ou de uma igreja estruturada. Em sua famosa "95 Teses", publicadas em 1517, Lutero atacou a venda de indulgências, que representava uma das formas mais explícitas de mercantilização da santidade e da salvação, enfatizando a centralidade da Bíblia e da graça de Deus como os verdadeiros meios de alcançar a santidade (Malheiros; Boechat, 2023).

Essa mudança no conceito de santidade teve um impacto profundo não apenas no âmbito teológico, mas também nas práticas religiosas do povo protestante. A ideia de que a santidade não dependia de um clero ou de uma estrutura eclesástica hierárquica levou a uma maior valorização da vida cotidiana e das ações pessoais dos indivíduos. A santidade, agora, era vista como uma manifestação da vida cristã genuína, que poderia ser vivida por qualquer fiel, seja ele um padre, um monge, ou um simples lavrador. A centralidade da Bíblia e a ênfase no sacerdócio universal dos crentes permitiram que qualquer pessoa fosse considerada capaz de alcançar a santidade, sem depender de uma instituição religiosa para mediá-la. A santidade,

portanto, passou a ser entendida como um estado de fé e de relação direta com Deus, em vez de uma característica atribuída a poucos eleitos (Zugno, 2022).

João Calvino, outro importante líder da Reforma, seguiu uma linha semelhante de pensamento, mas com algumas nuances próprias. Em sua teologia, a santidade era ligada à vocação cristã, e todos os crentes eram chamados a viver uma vida de obediência a Deus, independentemente de sua posição social ou religiosa. Para Calvino, a vida cristã deveria ser um reflexo da vontade divina e expressar-se através de boas obras, que eram a evidência de uma fé genuína. A santidade não era algo reservado aos clérigos ou aos monges, mas sim algo acessível a todos que seguissem os ensinamentos bíblicos de forma sincera e devota. Em sua obra "Instituição da Religião Cristã", Calvino defende que a verdadeira santidade é aquela que se manifesta nas ações cotidianas, no trabalho, na família e nas interações sociais, refletindo a obediência à Palavra de Deus. Essa concepção de santidade refletia a busca por um cristianismo mais "prático" e menos dependente de rituais e dogmas instituídos pela Igreja (Azevedo, 2024).

O impacto da Reforma na redefinição da santidade também pode ser visto nas mudanças na estrutura eclesiástica. A eliminação dos mosteiros e a redução da influência do clero sobre a vida dos fiéis representaram uma transformação significativa. A Igreja, antes um mediador essencial entre Deus e os homens, perdeu parte de seu papel de "detentora" da santidade. Com a Reforma, a ideia de que os crentes poderiam ter uma relação direta com Deus, sem a necessidade de um intermediário humano, levou a uma maior valorização da vida cotidiana como uma expressão da santidade. O conceito de vocação, que antes estava restrito aos religiosos e clérigos, foi expandido para incluir todas as esferas da vida cristã, desde o trabalho até a vida familiar. Assim, a santidade deixou de ser vista como uma qualidade exclusiva dos religiosos e passou a ser entendida como uma possibilidade para todos os cristãos, independentemente de sua ocupação ou status social (Neto, 2022).

Além disso, a Reforma Protestante trouxe consigo uma nova visão sobre os santos e a veneração das imagens, que até então eram elementos centrais na Igreja Católica. Lutero e os reformadores rejeitaram a prática de veneração dos santos, considerando-a uma forma de idolatria. Para eles, a única intermediação necessária era a de Cristo, e não a de santos ou relíquias. Isso refletia uma mudança profunda no entendimento da santidade, pois os santos, que antes eram modelos a serem

seguidos ou intercessores junto a Deus, passaram a ser vistos com mais ceticismo, com a ênfase voltada para a Bíblia como a fonte primária de autoridade e para Cristo como o único mediador entre os homens e Deus. Essa nova perspectiva sobre a santidade também se manifestou nas práticas religiosas, com uma valorização das pregações e da leitura bíblica, em detrimento das imagens e dos rituais externos, que eram considerados desvios da verdadeira devoção cristã (Silva et al., 2022).

Essa nova compreensão da santidade também encontrou expressão em outras tradições protestantes que emergiram após a Reforma, como o movimento pietista e o metodismo. Esses movimentos, apesar de suas diferenças, compartilharam a ênfase na santidade como uma experiência pessoal e transformadora, centrada na relação direta do crente com Deus. A santidade deixou de ser um ideal apenas teológico e passou a ser entendida como uma realidade vivida diariamente, no cotidiano das pessoas. O movimento metodista, por exemplo, ao enfatizar a santificação como uma obra do Espírito Santo na vida do cristão, reforçou a ideia de que a santidade era um processo contínuo e acessível a todos. Nesse contexto, a santidade passou a ser vista como uma experiência vivida por todos os crentes que buscavam seguir os preceitos de Cristo de forma fiel e diligente (De Pinho Falcão, 2021).

Portanto, a Reforma Protestante não apenas questionou as práticas e doutrinas da Igreja Católica, mas também alterou de maneira profunda a maneira como a santidade era entendida e vivida. A santidade deixou de ser algo reservado aos religiosos e passou a ser vista como uma característica acessível a todos os cristãos, sendo relacionada diretamente à fé pessoal, à leitura da Bíblia e à obediência à vontade divina. A Reforma, ao retirar do monacato e da vida celibatária o monopólio, quase exclusivo, da santidade, permitiu que os cristãos de todas as esferas da vida se vissem como chamados a viver em santidade, em qualquer lugar e circunstância. Esse entendimento de santidade, como uma vocação universal, reformulou a relação do cristão com Deus, com a Igreja e com o mundo, e influenciou profundamente a história do cristianismo e as práticas religiosas até os dias de hoje.

5. 1 A igreja pós-reforma: o concílio de Trento e a reafirmação da santidade

Dentre as principais iniciativas, destaca-se o Concílio de Trento (1545-1563), que teve como objetivo reafirmar a doutrina católica e implementar reformas que consolidassem a identidade e a autoridade da Igreja frente às críticas reformistas.

Nesse contexto, o conceito de santidade foi amplamente debatido e redefinido, sendo utilizado como uma ferramenta para fortalecer a posição da Igreja e reafirmar os valores que sustentavam sua doutrina e prática. A santidade passou a ser promovida como um ideal acessível àqueles que se submetessem ao rigor da fé e da disciplina eclesial, representando a incorporação das virtudes cristãs em oposição às heresias e aos desvios doutrinários apontados pelos reformadores.

No Concílio de Trento, a santidade foi compreendida de maneira mais sistemática e vinculada diretamente à obediência à Igreja. O Concílio estabeleceu critérios claros para a canonização, definindo que a santidade deveria ser confirmada por milagres verificáveis, os quais serviriam como sinais da aprovação divina. Essa formalização do processo de reconhecimento dos santos reforçou a autoridade da Igreja como mediadora entre os fiéis e Deus, em oposição à crítica protestante que rejeitava a veneração dos santos e a intercessão destes como práticas legítimas da fé cristã. Além disso, o Concílio reafirmou a importância das práticas sacramentais, como a Eucaristia e a Confissão, como meios para se alcançar a santidade, enfatizando que a santidade estava intrinsecamente ligada à vida em comunhão com a Igreja e sua doutrina (Grossegese, 2021).

A reforma promovida pelo Concílio não se limitou à definição de critérios para a canonização; ela também buscou moldar uma espiritualidade que pudesse ser vivida tanto pelos religiosos quanto pelos leigos. Durante esse período, destacou-se a santidade de figuras que viveram de acordo com os valores e as exigências do Concílio, como Teresa de Ávila e João da Cruz. Ambos foram reconhecidos não apenas por suas vidas de oração e ascetismo, mas também por suas contribuições teológicas, que refletiam os ideais de santidade propostos pela Igreja Católica. Seus escritos, impregnados de misticismo e profunda experiência espiritual, tornaram-se referência para uma espiritualidade que buscava reconduzir os fiéis à intimidade com Deus, dentro das estruturas e práticas legitimadas pela Igreja (Carli, 2021).

Outro aspecto relevante do período pós-Trento foi o fortalecimento do culto aos santos como uma forma de catequese e inspiração para os fiéis. Por meio das hagiografias e das celebrações litúrgicas, a vida dos santos era apresentada como modelo a ser seguido, reforçando a ideia de que a santidade era um objetivo possível de ser alcançado. A veneração dos santos foi amplamente utilizada para contrapor a rejeição protestante a essa prática, destacando o papel dos santos como intercessores e exemplos de virtude. A hagiografia dominicana, por exemplo,

desempenhou um papel central nesse período, promovendo narrativas que enfatizavam a conexão entre a vida santa e os valores defendidos pela Igreja Católica. Essas narrativas ajudaram a consolidar uma visão de santidade que estava alinhada com a teologia e a moralidade tridentinas, fortalecendo o papel pedagógico dos santos na formação da fé dos fiéis (Porsumato, 2020).

Além disso, o Concílio de Trento promoveu uma reconfiguração da relação entre a Igreja e os fiéis, destacando a santidade como um ideal que poderia ser alcançado não apenas por monges e clérigos, mas também pelos leigos que seguissem os ensinamentos da Igreja. Essa perspectiva contribuiu para uma espiritualidade mais inclusiva, na qual todos os cristãos eram chamados à perfeição moral e à comunhão com Deus por meio das práticas sacramentais e da observância das virtudes. Esse movimento lançou as bases para o desenvolvimento de uma espiritualidade laical que se tornaria ainda mais evidente nos séculos posteriores, especialmente durante o Concílio Vaticano II, quando o chamado universal à santidade foi formalmente reconhecido (De Carli, 2022).

A reafirmação da santidade durante o período pós-Trento também se manifestou em uma renovada valorização do papel das mulheres na vivência e no testemunho da fé. Embora o contexto social limitasse a atuação pública das mulheres, muitas foram reconhecidas por suas vidas de santidade e por suas contribuições espirituais. A canonização de figuras femininas, como Teresa de Ávila, demonstrou a abertura da Igreja para valorizar experiências de santidade que, embora marcadas pela clausura, transcendiam as barreiras impostas às mulheres na sociedade da época. Essa ênfase na santidade feminina foi parte de um esforço mais amplo para reafirmar a universalidade da mensagem cristã e a capacidade de todos os indivíduos de alcançar a santidade, independentemente de sua condição social ou gênero (Silva, 2023).

Em resposta às críticas protestantes sobre a corrupção e os desvios na Igreja, o Concílio de Trento também enfatizou a necessidade de uma reforma moral no clero, considerando a santidade como um atributo indispensável para os sacerdotes e religiosos. Essa abordagem buscava não apenas reforçar a credibilidade da Igreja, mas também estabelecer um padrão de conduta que pudesse servir de modelo para os fiéis. A partir dessa perspectiva, a santidade clerical era vista como um testemunho vivo da presença de Deus na Igreja, sendo fundamental para a propagação e a manutenção da fé em meio às tensões religiosas do período (Moreira, 2020).

A reafirmação da santidade no contexto do Concílio de Trento, portanto, não apenas respondeu às críticas levantadas pela Reforma Protestante, mas também estabeleceu um marco importante na história da Igreja Católica. Por meio de reformas institucionais e teológicas, a santidade foi redefinida como um ideal acessível e ao mesmo tempo regulado, que refletia o compromisso da Igreja em reafirmar sua autoridade e orientar os fiéis em um período de intensas transformações. Essa redefinição teve um impacto duradouro na espiritualidade católica, moldando a maneira como a santidade foi compreendida e vivida nos séculos posteriores (Malheiros e Boechat, 2023).

6. SÃO JUSTINO RUSSOLILLO: O PRECURSOR DO CONCÍLIO VATICANO II

A santidade, ao longo da história da Igreja, foi compreendida e vivida de diferentes formas, acompanhando as transformações culturais, teológicas e eclesiais de cada época. Em contextos antigos, ela foi muitas vezes associada a estados de vida específicos — como o martírio nos primeiros séculos, a vida monástica na Idade Média ou os votos religiosos solenes em tempos posteriores — conferindo à santidade um caráter quase exclusivo, reservado a uma elite espiritual. No entanto, ao examinar essa trajetória, emerge uma convicção que se fortalece progressivamente: a santidade é, antes de tudo, vocação universal. Trata-se de uma chamada dirigida por Deus a todo ser humano, convidando-o a participar de Sua vida divina e a conformar-se ao Cristo, independentemente do estado de vida, classe social ou função na Igreja.

Essa concepção, que encontrou sua expressão mais clara no Concílio Vaticano II — especialmente na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (a qual trataremos posteriormente) —, já estava presente, de maneira vigorosa e profética, na obra e na espiritualidade de São Justino Russolillo. Muito antes das formulações conciliares, ele já falava de uma santidade aberta a todos os batizados, fundamentada na graça e sustentada por uma vida de resposta fiel ao amor de Deus. Sua teologia vocacional não se limitava a propor caminhos de consagração específicos, mas visava instaurar uma cultura eclesial na qual cada pessoa reconhecesse, na sua existência concreta, um chamado à união com Deus.

O que torna Russolillo particularmente relevante é sua capacidade de romper com o paradigma elitista da santidade, antecipando uma compreensão mais integrada e acessível. Ele enxergava cada fiel — seja leigo, sacerdote, religioso ou pessoa em situação de fragilidade — como destinatário da ação santificadora de Deus. Assim, seu pensamento contribui para a transição de uma espiritualidade centrada no “estado de perfeição” para uma espiritualidade centrada na fidelidade cotidiana, marcada pelo seguimento de Cristo no concreto da vida. Tal proposta se harmoniza com a noção de que “todos na Igreja... são chamados à santidade, segundo a palavra do apóstolo: ‘Esta é a vontade de Deus, a vossa santificação’ (1Ts 4,3)” (*Lumen Gentium*, n. 39).

Portanto, ao apresentar a santidade como horizonte comum e essencial da existência cristã, Russolillo não apenas renova a espiritualidade vocacional, mas antecipa uma verdadeira conversão eclesiológica. Sua proposta ecoa os clamores de

uma Igreja que, diante dos desafios do mundo moderno, precisaria reencontrar na santidade de seus membros a fonte de sua credibilidade e vitalidade missionária.

6.1 A missão da Igreja e a edificação do Corpo de Cristo

O início do século XX foi um período de grandes tensões para a Igreja. A secularização crescente, o avanço do racionalismo e do positivismo, a perda de influência nas estruturas políticas e sociais e o surgimento de novas ideologias colocaram em xeque a autoridade moral e espiritual da instituição e exigiram respostas criativas e proféticas. Nesse contexto, São Justino Russolillo soube discernir que a resposta mais profunda e duradoura da Igreja não deveria ser uma postura defensiva ou puramente institucional, mas o retorno à sua missão essencial: promover a santificação dos seus membros. Para ele, a crise da modernidade só poderia ser enfrentada com uma Igreja renovada pela santidade de seus fiéis.

Em suas meditações e escritos pastorais, Russolillo interpreta a missão da Igreja à luz da teologia paulina, especialmente da imagem do Corpo de Cristo (cf. Ef 4,11-16). A atividade eclesial, segundo ele, deve ser compreendida como um esforço contínuo para edificar esse Corpo, o que só é possível quando cada membro — cada batizado — é conduzido ao amadurecimento espiritual e à comunhão plena com Cristo. Por isso, ele afirma que toda ação pastoral deve visar a “prevalência do processo de santificação entre os fiéis”, que não é algo abstrato, mas real, cotidiano, progressivo e comunitário (Opere, vol. 26, p. 83-84).

Para Russolillo, o batismo não é um mero rito de iniciação cristã, mas a porta de entrada para a vida em Deus. Trata-se de um ponto de partida para uma vocação que se desdobra ao longo de toda a existência. Cada pessoa, ao ser batizada, torna-se habitada pela Trindade e chamada a corresponder a essa presença por meio de uma vida de santidade. Essa vocação batismal é o fundamento de toda a vida cristã e o fio condutor que une todas as vocações específicas: matrimonial, presbiteral, consagrada ou laical. Não se trata de “mais uma” vocação entre outras, mas da raiz de todas elas.

Essa compreensão aproxima Russolillo de correntes teológicas que só ganhariam mais visibilidade com o Concílio Vaticano II, especialmente nas reflexões de teólogos como Yves Congar, que defendia uma Igreja “de todos os batizados”, e não apenas centrada no clero. Ao colocar o batismo no centro da espiritualidade cristã e entender a santidade como dinamismo trinitário que se inicia nesse sacramento,

Russolillo oferece uma base sólida para repensar a missão da Igreja num mundo em constante transformação

6.2 A vontade de Deus e a ação da graça

A espiritualidade de São Justino Russolillo é profundamente enraizada numa visão trinitária da vida cristã. No centro dessa visão está a convicção de que a vontade de Deus, em sua essência mais íntima, é a santidade: Deus quer que todos sejam santos porque Ele é santo (cf. Lv 11,44; 1Pd 1,16). A santidade, nesse horizonte, não é um privilégio reservado a poucos, mas a vontade amorosa do Pai dirigida a todos os seus filhos. Russolillo compreende que a fidelidade à vontade divina não consiste em mera submissão externa, mas em acolher e permitir que essa vontade transforme inteiramente a existência humana.

Quando a vontade de Deus reina na vida de uma pessoa, diz ele, essa pessoa é transformada: passa a irradiar pureza, zelo apostólico e uma luz interior que reflete o próprio amor divino. É como se a vida do fiel se tornasse uma extensão visível da graça invisível, um reflexo concreto da presença amorosa de Deus no mundo. Essa luz não é fruto de esforço moral ou de méritos humanos, mas brota da união íntima com Deus e da ação eficaz da graça santificadora (Opere, vol. 26, p. 193).

Ao destacar que a santidade é obra da graça e não apenas da vontade humana, Russolillo situa-se numa tradição teológica que remonta a Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, para os quais a iniciativa da salvação e da santificação pertence inteiramente a Deus. No entanto, ele também insiste que a graça, para ser plenamente eficaz, requer a livre adesão do coração humano. Nesse sentido, a resposta do fiel à graça — marcada por generosidade, abandono e confiança — é condição para que a santidade se realize de forma concreta e pessoal.

Essa doutrina tem implicações pastorais muito profundas. Ela corrige dois extremos: de um lado, o voluntarismo espiritual, que atribui à vontade humana um poder que não possui; de outro, a passividade espiritual, que espera a santidade como algo mágico ou automático. Para Russolillo, a santidade é dom e tarefa. É dom, porque nasce da graça; é tarefa, porque exige acolhida, luta interior, perseverança e abertura constante à ação transformadora de Deus.

Ao afirmar que a santidade é acessível a todos, Russolillo antecipa uma das intuições mais importantes do Magistério recente: o caráter inclusivo e universal do chamado à perfeição cristã. O Papa Francisco, ecoando esse princípio, afirmou na

exortação apostólica *Gaudete et Exsultate*: “O Senhor pede tudo, e aquilo que oferece é a verdadeira vida, a felicidade para a qual fomos criados. [...] Cada santo é uma missão, é um projeto do Pai para refletir e encarnar, num momento determinado da história, um aspecto do Evangelho” (GE 1, 19).

Portanto, para Russolillo, santificar-se é deixar-se conduzir pela vontade amorosa de Deus, confiar na força da graça e colocar-se a caminho com liberdade interior. Esse dinamismo não exclui ninguém e não impõe perfeições impossíveis; antes, revela que a santidade está ao alcance de todos os que se abrem ao amor transformador do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

6.3 A Eucaristia como centro da espiritualidade

Dentro da teologia de São Justino Russolillo, a Eucaristia ocupa um lugar de absoluta centralidade. É nela que o amor redentor de Deus se manifesta de modo supremo, não apenas como memorial da paixão de Cristo, mas como presença viva e operante do Mistério Pascal. Russolillo contempla o sacramento eucarístico não como um rito isolado, mas como o coração pulsante da vida cristã, o ponto culminante da comunhão com Deus e da transformação do mundo pela graça. Celebrar a Eucaristia, para ele, é participar do próprio dinamismo da Trindade, que se doa incessantemente à humanidade por meio do Filho (Opere, vol. 26, p. 133).

Para o Apóstolo das Vocações (título dado pelo papa Francisco a São Justino Russolillo no dia de sua canonização), o sacrifício eucarístico celebrado no Cenáculo e perpetuado nos altares da Igreja não é uma recordação simbólica, mas uma atualização sacramental do amor de Cristo que se entrega ao Pai pela salvação do mundo. A Eucaristia é, por isso, o ápice do plano redentor de Deus, o ponto no qual convergem criação, redenção e glorificação. Ele escreve que nela se manifesta “a magnitude do amor divino”, pois não apenas nos lembra da cruz, mas nos insere sacramentalmente no evento da cruz e da ressurreição, operando uma verdadeira transformação ontológica nos que comungam com fé.

Essa compreensão está em profunda harmonia com o ensinamento do Concílio Vaticano II, que define a Eucaristia como “fonte e ápice de toda a vida cristã” (Lumen Gentium, n. 11). Para Russolillo, a Eucaristia é o alimento que sustenta o caminho da santidade. Quem participa dignamente deste sacramento, é configurado ao Cristo e, por meio dele, integrado ao dinamismo da comunhão trinitária. A Eucaristia, portanto, não é um fim em si, mas um meio eficaz de santificação e missão. Ela é fonte de vida

interior e impulso para a transformação social, pois aquele que comunga o Corpo de Cristo é também chamado a ser corpo eucarístico para os outros — isto é, dom, serviço e presença amorosa no mundo.

Além disso, Russolillo vê na Eucaristia o instrumento por excelência para a “santificação universal”, tema central em sua espiritualidade. A celebração do Mistério Pascal é, para ele, uma liturgia cósmica: nela, Cristo redime o mundo inteiro e conduz a criação para sua finalidade última — a comunhão plena com Deus. É nesse sentido que ele pode afirmar que a Eucaristia orienta “toda a criação rumo à comunhão”, reconhecendo que o alcance do mistério eucarístico transcende o indivíduo e alcança o universo (Opere, vol. 26, p. 133).

Assim, para Russolillo, a participação eucarística é inseparável de um caminho de conversão e de resposta vocacional. Quem se alimenta do Corpo de Cristo é chamado a tornar-se corpo oferecido, vida doada, sinal da presença de Deus no meio dos homens. A santidade que brota da Eucaristia, portanto, é fecunda, missionária e transformadora. É nesse sentido que sua espiritualidade sacramental se insere numa teologia viva da Igreja como povo sacerdotal, enviado para santificar o mundo pela graça que dele recebe.

6.4 A presença transformadora de Cristo no coração dos fiéis

A espiritualidade de São Justino Russolillo é profundamente marcada por uma confiança viva na ação imediata e pessoal de Cristo nos corações. Para ele, a presença de Jesus não é apenas uma realidade sacramental ou litúrgica, restrita aos espaços da Igreja, mas uma verdade existencial que transforma toda a vida do cristão. Cristo age no íntimo da alma, fala à consciência, inspira decisões, consola nas tribulações e move o coração à conversão. Ele não é um modelo distante a ser imitado, mas um amigo e mestre presente, que toma a iniciativa de redimir, guiar e santificar cada pessoa (Opere, vol. 26, p. 247).

Essa presença de Cristo é, segundo Russolillo, ao mesmo tempo misteriosa e concreta. Misteriosa porque transcende os sentidos, mas concreta porque produz efeitos visíveis: paz interior, desejo de servir, caridade viva, zelo apostólico e crescimento na virtude. A santidade, então, não é resultado apenas de práticas espirituais ou de ascese pessoal, mas da acolhida dessa presença viva que opera silenciosamente no coração crente. É Cristo quem santifica, é Ele quem transforma, e o fiel é convidado a corresponder com docilidade e confiança.

Essa doutrina remete à tradição mística da Igreja, especialmente à teologia da inabituação trinitária, presente nos escritos de Santa Teresa d'Ávila e São João da Cruz, e mais recentemente retomada por autores como Jacques Maritain e Edith Stein. Russolillo traduz essa tradição para uma linguagem pastoral acessível e a coloca a serviço da vocação universal à santidade. Ele quer que cada fiel saiba que não está só, que o próprio Deus habita dentro de si e que, se abrir o coração, essa presença será transformadora.

Do ponto de vista pastoral, essa verdade tem implicações práticas muito relevantes. Ao afirmar que Cristo age diretamente nos corações, Russolillo libera o fiel da dependência exclusiva de estruturas externas para viver sua vocação à santidade. Isso não significa desprezo pelos sacramentos ou pela mediação eclesial, mas uma valorização da graça como realidade viva e operante, que se insere nas circunstâncias ordinárias da vida: no trabalho, nas relações familiares, nas lutas interiores, nos desafios cotidianos. A santidade, nesse contexto, deixa de ser um ideal distante e torna-se uma possibilidade concreta, presente nas pequenas fidelidades de cada dia.

Essa perspectiva também reforça a confiança no protagonismo espiritual de cada batizado. Cristo está próximo, fala ao coração, e deseja redimir pessoalmente cada alma. A Igreja, então, deve ser o espaço onde essa presença é anunciada, celebrada e cultivada — mas jamais monopolizada ou burocratizada. Russolillo antecipa, assim, uma espiritualidade “de comunhão”, na qual cada fiel é sujeito da própria santificação, porque é alvo direto da ação amorosa de Deus.

6.5 A Palavra de Deus como alimento espiritual diário

No caminho da santificação, São Justino Russolillo reconhece na Palavra de Deus um papel insubstituível. Para ele, a Escritura Sagrada não é apenas um conjunto de textos doutrinários, mas a voz viva de Deus que fala ao coração dos fiéis. É por meio dela que o Senhor continua a conduzir o seu povo, como fez com os patriarcas e profetas, com os apóstolos e com os santos de todas as épocas. Russolillo afirma que a Palavra é o alimento da alma, o sustento diário do cristão, e que sem esse alimento, a fé enfraquece, a caridade se esfria e a esperança perde sua força vital (Opere, vol. 26, p. 272).

A analogia com o alimento não é apenas uma metáfora poética. Assim como o corpo humano necessita de nutrição contínua para se manter vivo e saudável, a alma precisa ser constantemente iluminada, purificada e fortalecida pela escuta da Palavra.

Quando essa escuta é feita com fé e abertura interior, ela se transforma em oração, em discernimento vocacional, em ação concreta. Para Russolillo, a Palavra ouvida com o coração é aquela que se torna carne na vida cotidiana do fiel. É uma palavra que gera conversão e conduz à santidade.

Esse ensinamento está em plena consonância com o que o Concílio Vaticano II viria a afirmar na constituição *Dei Verbum*, onde se lê que “a Sagrada Escritura deve ser o alimento da alma e a fonte pura e perene da vida espiritual” (DV 21). Russolillo, antecipando esse movimento de retorno às fontes bíblicas, insiste que o contato diário com a Palavra de Deus é indispensável para todo aquele que deseja viver plenamente sua vocação batismal. Trata-se de uma escuta que exige silêncio interior, meditação constante e o desejo sincero de configurar-se a Cristo.

Ele também compreende que a Palavra não deve ser apenas lida ou estudada, mas acolhida em espírito de oração, tal como propõe a antiga prática da *Lectio Divina*. Essa tradição, herdada dos monges, é valorizada por Russolillo como método de intimidade com o Senhor. A escuta orante da Escritura favorece o crescimento interior e prepara o coração para a ação da graça. Nesse sentido, cada fiel é chamado a viver com a Bíblia nas mãos, no coração e na vida.

A centralidade da Palavra em sua espiritualidade também revela sua visão pastoral: para formar cristãos santos e conscientes de sua missão no mundo, é preciso dar-lhes acesso e amor às Escrituras. A catequese, a formação vocacional, a direção espiritual e a vida familiar — tudo deve ser impregnado por essa fonte viva. O Evangelho, mais do que uma norma, é a inspiração permanente de um estilo de vida cristocêntrico.

Russolillo vê, portanto, na Palavra de Deus um dos pilares da santidade. É por meio dela que o fiel conhece a vontade do Pai, reconhece o chamado que lhe é dirigido, e recebe luz para discernir os caminhos a seguir. Alimentar-se da Palavra é, então, um ato de comunhão com Deus e um compromisso com a própria transformação interior.

6.6 O pecado como caminho paradoxal de redenção

Um dos aspectos mais originais e pastorais da espiritualidade de São Justino Russolillo é sua visão profundamente evangélica do pecado. Ele não o ignora nem o relativiza, mas o insere dentro do mistério maior da misericórdia divina. Em vez de tratar o pecado como mera transgressão jurídica ou obstáculo absoluto à vida

espiritual, Russolillo o compreende como ocasião de encontro com o amor de Deus — um amor que redime, transforma e eleva. É uma visão paradoxal e profundamente redentora: os erros humanos, quando acolhidos com humildade e apresentados à misericórdia do Senhor, tornam-se meios pelos quais Deus manifesta sua ternura e conduz o pecador à santidade (Opere, vol. 26, p. 278).

Esse modo de ver está enraizado na lógica evangélica do “onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5,20). Para Russolillo, o pecado é real e tem consequências, mas nunca é a última palavra. A última palavra é sempre a graça. Ele insiste que Deus é capaz de tirar frutos espirituais até mesmo das quedas, quando estas são entregues com arrependimento e confiança. O coração contrito não é condenado, mas acolhido e curado. Assim, a própria história de pecado do fiel pode tornar-se caminho de humildade, compaixão e proximidade com os outros — uma verdadeira escola de misericórdia.

Essa perspectiva remete à experiência dos grandes místicos e doutores da Igreja, como Santa Teresa de Lisieux, que via suas limitações como degraus para alcançar os braços do Pai, ou São Francisco de Sales, que ensinava que “a miséria humana é o trono da misericórdia divina”. Russolillo incorpora esse espírito em sua espiritualidade vocacional, ajudando os fiéis a não se desesperarem diante das suas imperfeições, mas a vê-las como oportunidades para crescer em abandono e confiança.

Essa abordagem também tem efeitos concretos na vida pastoral. Muitas vezes, os cristãos se afastam da Igreja por causa de uma visão moralista ou punitiva do pecado. Russolillo propõe o contrário: é justamente no pecado arrependido que se revela a grandeza do amor divino. Ele convida os pastores a serem canais dessa misericórdia, criando espaços de escuta, reconciliação e recomeço. A confissão, para ele, é um sacramento de renascimento, não de julgamento; um novo batismo no amor.

Em sua visão, a santidade não exige perfeição impecável, mas coração disponível. O santo é aquele que, mesmo caindo, levanta-se confiando na mão de Deus. Dessa forma, o pecado não é glorificado, mas transfigurado — pois, na lógica da cruz, é justamente na fraqueza que se manifesta a força da graça. A vida do fiel torna-se então um testemunho da paciência de Deus e da capacidade divina de transformar escombros em templo vivo.

6.7 A santificação como vocação da criação

A teologia espiritual de São Justino Russolillo atinge seu ápice quando ele contempla a história da criação e da salvação como uma grande narrativa de santificação. Para ele, Deus não cria ao acaso, nem redime de forma isolada: tudo o que existe, desde o princípio do cosmos até a consumação dos tempos, está orientado para um único fim — a união plena da humanidade com a Trindade. A criação é, em sua essência, vocação à comunhão; e a redenção, uma resposta de Deus às rupturas provocadas pelo pecado, para reconduzir a criação à sua origem e destino (Opere, vol. 25, p. 23).

Neste horizonte, a santidade não é apenas uma meta individual, mas um projeto divino de alcance cósmico. Cada alma chamada à santificação faz parte de uma obra maior: a edificação de uma “comunidade de almas santificadas”, que é, em última análise, a própria Igreja em seu sentido mais profundo e escatológico. Russolillo entende que Deus não quer apenas salvar indivíduos isolados, mas formar um povo santo, um corpo vivo em que todos, em suas diversas vocações, cooperem para o desígnio eterno do Pai.

Assim, toda vocação — seja à vida matrimonial, religiosa, laical, presbiteral ou consagrada — é compreendida por Russolillo como o ponto de partida de um caminho de santificação. A vocação é a forma concreta pela qual cada pessoa responde à iniciativa amorosa de Deus. Ela não se resume a uma função ou missão exterior, mas é um dinamismo interior que move a pessoa a conformar-se cada vez mais com Cristo, na vida ordinária, nos relacionamentos, na entrega generosa aos outros. Cada vocação é um itinerário que conduz à Trindade (Opere, vol. 25, p. 23-24).

Essa visão se aproxima da teologia da história e da missão, como exposta por Hans Urs von Balthasar e Teilhard de Chardin, que viam a humanidade como conduzida, por meio da ação do Espírito, à plenitude escatológica da vida em Deus. Embora com linguagem diferente, Russolillo já intuía que a santidade não é algo individualista, mas comunitário, histórico e universal. Sua espiritualidade aponta para uma Igreja que existe para santificar o mundo, e um mundo que existe para ser plenamente reconciliado com o Criador.

Na sua perspectiva, o papel da Igreja é exatamente este: ajudar os fiéis a responderem ao chamado à comunhão plena com Deus, sendo mediadora, formadora e animadora do processo de santificação. A missão evangelizadora, a pastoral

vocacional, a catequese, a liturgia — todas as ações da Igreja devem estar voltadas para esse fim último. Nada pode ser entendido fora desse horizonte. Por isso, Russolillo insiste que o amor de Deus não só deseja a salvação de todos, mas oferece, em cada tempo e lugar, os meios para que essa salvação se concretize numa vida de comunhão e santidade.

O clímax da vida cristã, para ele, não é um sucesso humano nem a realização de um projeto pessoal, mas a plena união com Deus: Pai, Filho e Espírito Santo. É a isso que ele chama de “fim último e propósito da ação da Santa Igreja” (Opere, vol. 25, p. 24). Tudo, absolutamente tudo — criação, vocação, missão, sacramentos, vida interior e vida comunitária — é parte do grande plano de Deus para conduzir a humanidade à participação na Sua vida divina.

6.8 A santidade como responsabilidade e imperativo

Concluindo sua reflexão teológica e espiritual, São Justino Russolillo não hesita em afirmar com clareza: a santidade não é apenas uma possibilidade gentilmente oferecida por Deus aos fiéis, mas um imperativo divino — um chamado concreto e inadiável que acompanha a própria dignidade batismal (Opere, vol. 25, p. 32). Para ele, o cristão não pode compreender sua vida como algo neutro ou simplesmente moral: ser batizado é estar radicalmente convocado a viver em comunhão com o Deus santo, e, portanto, chamado a tornar-se santo também. A santidade é vocação, missão e responsabilidade.

Esse “imperativo da santidade” não deve ser compreendido como um fardo moralista, mas como a exigência natural de quem foi criado à imagem de Deus e redimido por Cristo. Assim como a semente carrega em si o destino da árvore, o batismo carrega em si a semente da santidade — e essa semente deve crescer e frutificar ao longo da vida. Russolillo insiste que a santidade não é apenas para os fortes, os instruídos ou os privilegiados. É para todos: jovens e idosos, leigos e consagrados, ricos e pobres, saudáveis e enfermos. Em cada realidade de vida, há um caminho único de comunhão com Deus a ser percorrido com fidelidade.

Nesse ponto, sua teologia se mostra profundamente realista e esperançosa. Ele reconhece as limitações humanas, os pecados, os contextos adversos — mas nunca duvida do poder da graça. Ao contrário, sua confiança na ação transformadora de Deus o leva a crer que não há estado de vida ou condição humana que esteja fora do alcance do amor divino. Cada cristão carrega dentro de si, como dizia Santa

Catarina de Sena, “um céu em miniatura”, que é chamado a se expandir até se tornar plena morada da Trindade.

Esse ensinamento encontra eco direto na *Lumen Gentium*, n. 40, onde se afirma: “É evidente, portanto, para todos os fiéis, que todos os cristãos, de qualquer estado ou condição, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade.” Russolillo, décadas antes, já pregava com convicção essa mesma verdade. Sua teologia vocacional, fundamentada na graça, no amor e na resposta pessoal, representa uma das expressões mais maduras do ideal da santificação universal.

Por isso, sua contribuição não é apenas doutrinal, mas profundamente pastoral: ele propõe uma Igreja onde todos são protagonistas do Reino, onde cada batizado é um campo fecundo de santidade e missão. A edificação do Reino de Deus, para ele, não se dá apenas por grandes obras, mas pelo testemunho silencioso de milhões de vidas que, dia após dia, se abrem à graça e se deixam transformar por ela.

Em síntese, São Justino Russolillo oferece à Igreja contemporânea uma visão luminosa e acessível da santidade. Sua proposta é profundamente encarnada e teologicamente sólida: todos são chamados, todos podem responder, e todos, pela graça, podem transformar sua vida em reflexo do amor de Deus. Sua vida e obra tornam-se, assim, uma antecipação viva daquilo que o Concílio Vaticano II proclamaria solenemente ao mundo.

7. O CONCÍLIO VATICANO II: A SANTIDADE COMO VOCAÇÃO UNIVERSAL

O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, representou uma das mais significativas transformações na história da Igreja Católica, trazendo consigo uma ampla renovação teológica e pastoral. Entre os muitos aspectos abordados pelo Concílio, a questão da santidade emergiu como um tema central, refletindo um esforço da Igreja em adaptar-se aos desafios contemporâneos e em reafirmar a relevância de seus ensinamentos na vida dos fiéis. O conceito de santidade, que historicamente havia sido associado a figuras excepcionais como mártires, religiosos e místicos, foi reinterpretado à luz de uma perspectiva mais inclusiva, promovendo a ideia de santidade como uma vocação universal, acessível a todos os cristãos, independentemente de seu estado de vida ou posição na Igreja.

A base dessa reinterpretação está presente na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, um dos documentos mais emblemáticos do Concílio. O texto afirma que todos os membros da Igreja são chamados à santidade, pois “o Senhor Jesus, divino Mestre e Modelo de toda perfeição, pregou a todos e a cada um dos seus discípulos, de qualquer condição, a santidade de vida, da qual Ele é o autor e consumidor” (*Lumen Gentium*, n. 40). Essa abordagem universalista rompeu com a percepção tradicional de santidade como algo reservado a um grupo seletivo de indivíduos, redefinindo-a como uma meta comum para todos os fiéis. Assim, o Concílio procurou reforçar o papel dos leigos, cuja vocação à santidade se realiza em meio às realidades do cotidiano, como a família, o trabalho e o serviço à comunidade (Martín, 2022).

Essa mudança de perspectiva reflete não apenas uma renovação teológica, mas também uma resposta às transformações sociais e culturais do século XX, que demandavam uma Igreja mais próxima do povo. A universalização da santidade busca romper com as hierarquias rígidas que tradicionalmente colocavam clérigos e religiosos em um patamar superior de virtude, abrindo espaço para a valorização das diversas formas de vivência cristã. A Igreja, ao reafirmar que todos os cristãos, independentemente de seu estado de vida, são chamados a viver em plenitude os valores do Evangelho, reconhece a dignidade e o protagonismo dos leigos, especialmente no contexto de um mundo secularizado e cada vez mais distante da religião institucionalizada (Aragão, 2021).

Outro aspecto fundamental dessa renovação é a ligação entre santidade e missão. O Concílio Vaticano II enfatizou que a vocação universal à santidade está

intrinsecamente conectada ao chamado missionário da Igreja. Os fiéis, ao buscarem viver uma vida santa, tornam-se testemunhas do Evangelho no mundo, contribuindo para a evangelização em seus ambientes sociais e profissionais. Essa conexão é especialmente evidente no documento *Apostolicam Actuositatem*, que trata do apostolado dos leigos, ressaltando que a santidade não é apenas um objetivo espiritual pessoal, mas também um compromisso com a transformação do mundo à luz dos valores cristãos (Durães, 2021).

Além disso, o Concílio destacou a importância da santidade no contexto da espiritualidade litúrgica. A liturgia, vista como a fonte e o ápice da vida cristã, é apresentada como um caminho privilegiado para a santificação de todos os fiéis. Por meio da participação ativa e consciente nos sacramentos, especialmente na Eucaristia, os cristãos são chamados a experimentar a união com Deus e a vivenciar a comunhão eclesial, elementos essenciais para a busca da santidade (Martín, 2022). Essa ênfase litúrgica também reforça o papel da Igreja como uma comunidade de santos, na qual cada membro contribui para a edificação do Corpo de Cristo.

O impacto dessa nova abordagem à santidade se estendeu para além das fronteiras internas da Igreja, influenciando também sua relação com o mundo. Ao apresentar a santidade como algo acessível e relevante para todas as pessoas, o Concílio Vaticano II procurou dialogar com as realidades contemporâneas e mostrar que a vivência cristã não está em oposição às demandas da vida moderna. Essa visão inclusiva é especialmente significativa no contexto das tensões entre fé e secularização, que marcaram o século XX e continuam a desafiar a Igreja no século XXI (De Oliveira e Junior, 2022).

A universalização do conceito de santidade também abriu espaço para uma maior valorização da diversidade de expressões espirituais e culturais dentro da Igreja. Ao reconhecer que a santidade pode se manifestar de maneiras distintas, conforme o contexto de vida e as particularidades de cada indivíduo, o Concílio promoveu uma visão mais ampla e plural da santidade. Isso é evidente no crescente reconhecimento de santos de diferentes origens e culturas, que representam a universalidade da Igreja e sua capacidade de acolher e integrar a riqueza da experiência humana. (*Lumen Gentium*, cap. V).

O Concílio Vaticano II, portanto, não apenas reformulou o conceito de santidade, mas também reafirmou seu papel central na identidade e missão da Igreja. Ao promover uma visão mais inclusiva e acessível da santidade, o Concílio procurou

responder aos desafios de um mundo em transformação, oferecendo aos fiéis um ideal de vida cristã que é, ao mesmo tempo, exigente e plenamente realizável. A vocação universal à santidade, como proclamada pelo Concílio, continua a inspirar a Igreja e seus membros, mostrando que a busca pela santidade é, antes de tudo, uma resposta ao chamado de Deus para viver em comunhão com Ele e com os outros (Alcantara et al., 2020).

Essa nova abordagem, ao enfatizar a igualdade fundamental entre todos os fiéis, também contribuiu para fortalecer o sentido de comunidade eclesial. A ideia de que todos compartilham a mesma vocação à santidade reforça a unidade da Igreja como o Povo de Deus, no qual cada indivíduo é chamado a contribuir com seus dons e talentos para o bem comum. Essa visão de comunhão, que está no coração da teologia do Vaticano II, é essencial para entender a relação entre santidade, serviço e missão no mundo contemporâneo (De Sá Brandão, 2024).

7.1 A constituição dogmática *Lumen Gentium*: a santidade redefinida

Este documento trouxe uma abordagem inovadora ao tratar da santidade como uma vocação universal, estendendo-a a todos os membros da Igreja, independentemente de sua posição hierárquica ou estado de vida. Essa perspectiva rompeu com as concepções mais restritas que, historicamente, associavam a santidade predominantemente ao clero, aos religiosos ou às figuras canonizadas pela Igreja. Ao afirmar que "todos na Igreja, quer pertençam à hierarquia ou sejam por ela conduzidos, são chamados à santidade" (*Lumen Gentium*, cap. V), o documento consagrou a ideia de que a santidade não é um privilégio de poucos, mas um chamado dirigido a todos os cristãos, em todas as circunstâncias da vida.

Essa redefinição da santidade estava profundamente enraizada no contexto pastoral e teológico do Concílio Vaticano II, que buscava renovar a Igreja e aproximá-la das realidades contemporâneas. A partir de *Lumen Gentium*, a santidade foi concebida como a vivência plena do amor a Deus e ao próximo, uma dinâmica espiritual que não depende de um estado de vida específico, mas sim do esforço sincero de cada indivíduo em conformar sua vida com o Evangelho. Nesse sentido, o texto estabelece que "os cristãos, em quaisquer condições, posições ou estados de vida, podem e devem buscar a santidade, que é a perfeição da caridade" (*Lumen Gentium*, cap. V). A santidade, portanto, foi desvinculada das estruturas hierárquicas

e de distinções de estado, apresentando-se como uma vocação que transcende os limites institucionais e sociais da Igreja (Leal, 2021).

A valorização da santidade como vocação universal implicou também uma nova compreensão do papel do leigo na Igreja. Historicamente, a santidade estava associada, em grande parte, à vida religiosa e ao clero, com os leigos ocupando uma posição marginal nesse cenário. Contudo, *Lumen Gentium* reconheceu a importância da participação dos leigos na missão da Igreja e sublinhou que eles também são chamados a uma santidade plena, vivida no mundo por meio de suas atividades cotidianas. O documento enfatiza que "os leigos, dedicando-se ao serviço de Deus e do próximo, podem alcançar um alto grau de santidade" (*Lumen Gentium*, cap. V), o que demonstra uma mudança significativa na visão eclesiológica. Essa abordagem reforça a ideia de que a santidade pode ser vivida em qualquer circunstância da vida, seja na família, no trabalho ou na comunidade, refletindo uma espiritualidade profundamente enraizada na vida comum (Moreira Júnior et al., 2023).

Além disso, a constituição *Lumen Gentium* introduziu uma visão mais inclusiva da santidade, abrangendo não apenas os cristãos canonizados, mas também aqueles cuja vida de fé, embora não oficialmente reconhecida, representa um exemplo de virtude cristã. Essa concepção ampliada da santidade reconheceu a diversidade das expressões de fé e virtude dentro da Igreja, incluindo aquelas que emergem de contextos culturais e históricos específicos. Em particular, o documento valorizou a santidade vivida nas comunidades locais e destacou o papel das testemunhas de fé que, em meio a perseguições e dificuldades, mantiveram sua fidelidade ao Evangelho. Essa visão mais abrangente da santidade está em consonância com os esforços do Concílio Vaticano II para promover uma Igreja mais próxima das realidades humanas e menos centrada em estruturas institucionais (Santos, 2020).

Um aspecto central da redefinição da santidade em *Lumen Gentium* foi a ênfase na caridade como o núcleo da vida santa. O documento afirma que "a caridade é o vínculo da perfeição e o cumprimento da lei" (*Lumen Gentium*, cap. V), sublinhando que a santidade não se mede apenas por práticas ascéticas ou rituais, mas principalmente pela vivência concreta do amor. Essa abordagem ressaltou a importância do testemunho de vida no cotidiano, colocando a santidade ao alcance de todos os fiéis que buscam viver uma vida cristã autêntica. Nesse contexto, a caridade tornou-se o critério fundamental para a santidade, alinhando-se à visão

conciliar de uma Igreja voltada para o serviço e o cuidado com o próximo (Gomes, 2023).

A inclusão da ideia de "santidade cotidiana" em *Lumen Gentium* também foi significativa ao destacar que a vida cristã pode ser vivida de forma plena nas atividades ordinárias, sem a necessidade de grandes feitos heroicos ou públicos. Essa visão, que foi amplamente acolhida pelo laicato, ofereceu um modelo acessível e realista de santidade, que valoriza as pequenas ações do dia a dia como expressões de amor e devoção. Nesse sentido, o documento reafirmou a dignidade de cada fiel e sua capacidade de responder ao chamado à santidade de maneira única e pessoal, seja como pai, mãe, trabalhador ou membro da comunidade. Essa abordagem pastoral reforça a centralidade da vivência cristã no mundo e valoriza a contribuição dos leigos na construção do Reino de Deus (Silveira Siqueira, 2023).

Outro elemento importante da redefinição da santidade em *Lumen Gentium* foi o reconhecimento das diferentes formas de expressão da fé cristã ao longo da história e nas diversas culturas. O documento abordou a importância de respeitar e valorizar a riqueza das tradições locais, promovendo uma visão de santidade que transcende barreiras geográficas e culturais. Nesse sentido, o Concílio Vaticano II destacou que a santidade não é uniforme, mas se manifesta de maneiras diversas, refletindo a universalidade da Igreja e a pluralidade de seus membros. Essa valorização da diversidade foi fundamental para que a santidade fosse compreendida como um chamado que se adapta às diferentes realidades humanas, promovendo uma Igreja verdadeiramente católica e inclusiva (Alves; Saraiva Paiva; De Sousa, 2022).

Ademais, *Lumen Gentium* reforçou a centralidade da liturgia na vida cristã, destacando que a Eucaristia é o "ponto alto e a fonte de toda a santidade" (*Lumen Gentium*, cap. V). Essa ênfase na liturgia como espaço de encontro com Cristo e de fortalecimento espiritual reflete a visão de uma Igreja que busca integrar todos os fiéis na vivência do mistério pascal. A liturgia foi apresentada como um caminho privilegiado para alcançar a santidade, pois nela os cristãos são alimentados pela Palavra e pelo Corpo de Cristo, fortalecendo sua fé e sua missão no mundo. Essa abordagem litúrgica da santidade também promoveu uma espiritualidade mais comunitária e participativa, em sintonia com os princípios do Concílio Vaticano II (Martín, 2022).

7.2 Santidade e missão no mundo contemporâneo

No mundo contemporâneo, a santidade se apresenta como um chamado não apenas para a transformação individual, mas também como uma missão voltada para a transformação do mundo em que vivemos. Essa compreensão ampliada do que significa ser santo está enraizada em uma visão de santidade que não se limita às práticas religiosas ou ascéticas tradicionais, mas que se expande para incluir ações concretas que promovam justiça, paz e solidariedade. Essa perspectiva ganhou força sobretudo após o Concílio Vaticano II, que enfatizou a santidade como um chamado universal para todos os cristãos, independente de seu estado de vida. A partir dessa visão, a santidade contemporânea se manifesta em múltiplas dimensões, desde a espiritualidade pessoal até o engajamento social, político e ecológico, reafirmando a importância de testemunhar a fé em todos os aspectos da vida (Martín, 2022).

Essa nova abordagem da santidade está intrinsecamente ligada à missão da Igreja de atuar no mundo. O Concílio Vaticano II destacou que a Igreja não deve se isolar em uma esfera exclusivamente espiritual, mas precisa dialogar com as realidades temporais e os desafios do tempo presente. Nesse contexto, a santidade é compreendida como um compromisso com a transformação das estruturas injustas e com a promoção do bem comum. Exemplos disso podem ser encontrados em figuras contemporâneas que se dedicaram à defesa dos direitos humanos, à justiça social e ao cuidado com os mais vulneráveis. A santidade, portanto, deixa de ser um ideal distante e passa a ser vivida no cotidiano, em ações que refletem o amor de Deus pelo mundo e pelas pessoas (Durães, 2021).

Uma das características marcantes da santidade no mundo contemporâneo é sua ligação com a missão evangelizadora da Igreja, que agora se dá em um contexto globalizado e plural. A partir do diálogo inter-religioso e intercultural, a santidade se expressa em formas que transcendem fronteiras e tradições, promovendo uma convivência pacífica entre os povos. O Papa Francisco, por exemplo, tem enfatizado a importância de uma "santidade de portas abertas", que acolhe e integra, ao invés de excluir ou julgar. Essa visão é fundamentada em um chamado à misericórdia e ao serviço, especialmente em relação aos marginalizados e excluídos da sociedade (Aragão, 2021).

Além disso, a santidade no mundo contemporâneo está profundamente vinculada às questões ambientais e à preocupação com a criação. A encíclica *Laudato*

Si', de Francisco, é um marco nesse sentido, destacando a responsabilidade cristã de cuidar do planeta como parte de uma espiritualidade autêntica. A santidade, nesse contexto, é vivida através de um compromisso com práticas sustentáveis, com a defesa do meio ambiente e com a promoção de uma ecologia integral, que une as dimensões social, econômica e ecológica. Assim, a missão de ser santo hoje inclui não apenas o cuidado com o próximo, mas também com a casa comum, reconhecendo que todos os seres humanos estão interligados (De Oliveira; Junior, 2022).

Outro aspecto relevante da santidade contemporânea é sua inserção nas questões sociais e políticas. Em um mundo marcado por desigualdades extremas e por crises sociais, a santidade se expressa através de ações concretas em favor da justiça e da igualdade. Essa dimensão política da santidade é visível na vida de muitas figuras que dedicaram suas vidas à luta pelos direitos dos mais pobres e oprimidos, muitas vezes enfrentando perseguições e incompreensões. O reconhecimento dessas figuras como modelos de santidade reflete uma mudança significativa na forma como a Igreja compreende a santidade, que não está mais restrita a um âmbito preferencialmente religioso, mas abrange todos os aspectos da vida humana e social (Cf. *Gaudete et Exsultate*, n. 98-100).

A missão no mundo contemporâneo também implica uma revisão dos próprios processos de canonização, que agora buscam reconhecer a santidade em contextos culturais diversos e em figuras que viveram sua fé de forma inovadora e criativa. Esse reconhecimento da pluralidade de formas de viver a santidade reflete uma abertura maior da Igreja às diferentes expressões culturais e sociais da fé, valorizando a santidade que emerge das realidades locais e das experiências concretas das comunidades cristãs. Assim, a santidade deixa de ser um padrão único e passa a ser vista como uma realidade dinâmica, que se adapta às necessidades e desafios de cada tempo e lugar (Alcantara et al., 2020).

No mundo contemporâneo, a santidade também assume um caráter profundamente relacional, enfatizando o papel das comunidades na vivência da fé. A santidade não é mais vista como um caminho individualista, mas como uma experiência comunitária, em que a solidariedade e o amor ao próximo desempenham um papel central. As comunidades cristãs, nesse contexto, são chamadas a ser sinais vivos da santidade, testemunhando o Evangelho através de suas ações e de seu compromisso com a construção de um mundo mais justo e fraterno. Esse modelo de

santidade comunitária reflete uma eclesiologia mais participativa e inclusiva, que valoriza a contribuição de todos os fiéis na missão da Igreja (Caixeta, 2020).

Por fim, a santidade no mundo contemporâneo está profundamente enraizada na espiritualidade do cotidiano, que busca integrar a fé às realidades concretas da vida. A santidade, nesse sentido, não é reservada a figuras extraordinárias ou a gestos heroicos, mas pode ser vivida nas pequenas ações diárias, nas relações interpessoais e no testemunho discreto de uma vida coerente com o Evangelho. Essa visão, que foi amplamente promovida pelo Concílio Vaticano II, destaca que todos os cristãos são chamados a viver a santidade em suas próprias circunstâncias, seja no trabalho, na família ou na comunidade. Assim, a santidade contemporânea se torna acessível a todos, oferecendo um modelo de vida que é ao mesmo tempo profundamente humano e profundamente divino (De Sá Brandão, 2024).

7.3 O processo de canonização Pós-Vaticano II

A ênfase dada pelo Concílio à santidade como vocação universal trouxe impactos diretos sobre os critérios e as práticas relacionados ao reconhecimento oficial dos santos. Antes do Vaticano II, o processo de canonização era mais restrito, centralizado e profundamente burocratizado, enfatizando elementos como a realização de milagres, a ortodoxia doutrinária e o martírio. Após o Concílio, porém, houve uma abertura para valorizar aspectos mais amplos da vida cristã, incluindo o engajamento social, a vivência do Evangelho no cotidiano e o testemunho em contextos culturais diversos (Leal, 2021).

Essa transformação teve como ponto de partida a constituição dogmática *Lumen Gentium*, que introduziu o conceito de que a santidade é um chamado dirigido a todos os cristãos, independentemente de seu estado de vida. Essa ideia teve desdobramentos importantes no processo de canonização, que passou a considerar não apenas figuras excepcionais ou extraordinárias, mas também aquelas que demonstraram santidade no contexto da vida ordinária. Esse movimento refletiu uma tentativa da Igreja de aproximar os fiéis das figuras canonizadas, enfatizando que a santidade é alcançável por todos os que vivem uma vida de fé e amor em Cristo (Moreira Júnior et al., 2023).

Uma das alterações mais significativas foi a simplificação do processo de canonização. Embora a canonização permaneça sendo um dos atos mais solenes da Igreja, os procedimentos foram revisados com o objetivo de torná-los mais ágeis e

acessíveis. A partir de 1983, com a promulgação da Constituição Apostólica *Divinus Perfectionis Magister* pelo Papa João Paulo II, o processo passou a adotar uma abordagem mais pastoral e menos jurídica. Essa mudança foi acompanhada por uma descentralização das etapas iniciais, que passaram a ser conduzidas nas dioceses de origem do candidato à santidade, antes de chegar ao Vaticano. O objetivo dessa reforma era garantir maior envolvimento das comunidades locais no reconhecimento da santidade, reforçando a ligação entre o santo e o povo (Silveira Siqueira, 2023).

Além disso, a nova abordagem deu maior atenção ao testemunho de vida e à coerência com os valores evangélicos, ampliando os critérios para o reconhecimento da santidade. Embora a comprovação de milagres ainda seja necessária para a canonização formal, a Igreja passou a considerar outras formas de vivência extraordinária da fé, como o martírio social e o serviço aos pobres. Exemplos de santos canonizados após o Vaticano II, como São Oscar Romero, ilustram essa mudança. Romero foi assassinado enquanto defendia os direitos humanos em El Salvador, e sua canonização destacou a importância do compromisso com a justiça e com a dignidade humana como expressão da santidade (Santos, 2020).

Outro aspecto importante foi a incorporação de uma perspectiva mais global no processo de canonização, refletindo a universalidade da Igreja. Após o Concílio, a Igreja passou a reconhecer santos provenientes de culturas e contextos historicamente marginalizados no cristianismo ocidental, como África, Ásia e América Latina. Essa mudança foi acompanhada pela valorização de formas de expressão da fé que refletissem as particularidades desses contextos culturais. A ampliação do reconhecimento de figuras femininas na lista de canonizados também é notável, refletindo uma maior atenção às contribuições das mulheres para a vida da Igreja. Estudos como os de Gomes (2023) e Alves et al. (2022) destacam como essa nova abordagem contribuiu para uma releitura do papel das mulheres na produção de santidade, reconhecendo suas histórias de sofrimento e resistência como expressões autênticas de uma vida santa.

A liturgia também passou a desempenhar um papel fundamental nesse processo, especialmente após as reformas litúrgicas do Vaticano II. A celebração dos santos foi integrada de forma mais explícita na vida litúrgica da Igreja, reforçando o caráter pastoral da canonização. A partir dessas reformas, os santos passaram a ser apresentados como modelos próximos e acessíveis de vida cristã, conectando sua história à celebração da Eucaristia e à vivência comunitária. Segundo Martín (2022),

a liturgia se tornou um espaço privilegiado para celebrar a santidade, aproximando os fiéis dos santos e reforçando o ideal de que todos são chamados à santidade.

Por fim, é importante ressaltar o impacto do processo de canonização reformado na espiritualidade contemporânea. A Igreja buscou responder às necessidades espirituais de uma sociedade em rápida transformação, oferecendo exemplos de santidade que dialogassem com os desafios do mundo moderno. A valorização do compromisso com a justiça social, a paz e o cuidado com a criação reflete um esforço da Igreja para conectar a santidade com questões relevantes para o contexto atual. A figura de santos modernos, como Madre Teresa de Calcutá e João Paulo II, evidencia essa nova abordagem, que enfatiza a proximidade dos santos com as realidades cotidianas dos fiéis (Leal, 2021).

Portanto, o processo de canonização pós-Vaticano II representa uma importante renovação no modo como a Igreja reconhece e celebra a santidade. A ênfase no chamado universal à santidade, a valorização de contextos culturais diversos e o compromisso com questões sociais e espirituais contemporâneas demonstram como a Igreja buscou, por meio da reforma desse processo, aproximar os santos da vida do povo e reforçar o papel da santidade como expressão da presença de Deus na humanidade. Essa renovação continua sendo um reflexo do espírito do Concílio Vaticano II, que propôs uma Igreja mais pastoral, dialogante e inclusiva (Moreira Júnior et al., 2023).

8. DISCUSSÃO E RESULTADOS

A evolução do conceito de santidade na Igreja Católica, particularmente no pós-Concílio Vaticano II, é um tema multifacetado que exige uma análise detalhada das transformações tanto teológicas quanto pastorais que ocorreram na Igreja ao longo do século XX. As mudanças que surgiram após o Concílio não apenas refletiram uma nova compreensão da santidade, mas também alteraram profundamente os critérios e o processo de canonização de santos, promovendo uma maior acessibilidade e inclusão. Esse movimento de renovação teológica e pastoral visou atender à crescente demanda por uma Igreja mais próxima dos fiéis e mais engajada com as questões do mundo contemporâneo. Assim, a santidade deixou de ser uma característica exclusiva de alguns poucos indivíduos extraordinários para se tornar uma meta universal, acessível a todos os batizados, refletindo a vocação cristã de todos os fiéis.

O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, foi um marco fundamental para a Igreja Católica, e suas reformas teológicas e pastorais reverberaram em diversos aspectos da vida eclesial. O Concílio promoveu uma visão renovada da Igreja, não mais centrada exclusivamente em sua estrutura hierárquica e no sacerdócio, mas numa comunidade de fiéis onde todos, de diferentes vocações e estados de vida, são chamados à santidade. Essa nova perspectiva ficou claramente expressa no documento *Lumen Gentium*, onde foi estabelecido que a santidade não é uma meta exclusiva para religiosos ou clérigos, mas sim um chamado universal para todos os cristãos. Assim, qualquer pessoa, seja ela leiga ou religiosa, pode alcançar a santidade em sua vida cotidiana, através da vivência da fé e do cumprimento dos mandamentos de Deus (Carli, 2021).

Essa mudança paradigmática na concepção de santidade teve implicações diretas no processo de canonização, que se transformou para refletir essa nova visão da santidade. Antes do Concílio, o processo de canonização era um procedimento longo, complexo e rígido, baseado em critérios estreitos, como a realização de milagres ou o martírio. A santidade estava associada a figuras extraordinárias da história da Igreja, como mártires ou fundadores de ordens religiosas, cujas vidas eram tidas como modelos de virtude excepcional. A canonização de santos era, portanto, um reconhecimento formal de uma vida completamente devotada a Deus, muitas

vezes vivida em contextos extraordinários de sofrimento ou missão. No entanto, o Vaticano II buscou democratizar o conceito de santidade, tornando-o mais acessível e integrado à realidade vivida pelos fiéis no dia a dia. Com isso, o processo de canonização foi gradualmente reformado para incluir aqueles que viveram a santidade em contextos mais comuns, refletindo a busca por uma Igreja mais inclusiva, que fosse capaz de se conectar com as questões sociais e espirituais contemporâneas (Moreira, 2020).

Com a introdução de reformas importantes, como a constituição apostólica *Divinus Perfectionis Magister* de 1983, que simplificou o processo de canonização, as etapas do procedimento se tornaram mais acessíveis e passaram a ser realizadas nas dioceses locais, antes de seguir para o Vaticano. A proposta era tornar o processo de canonização mais transparente e menos burocrático, envolvendo diretamente as comunidades locais, permitindo uma maior participação do povo de Deus na identificação dos santos. Além disso, a nova regulamentação do processo de canonização abriu caminho para o reconhecimento de novos tipos de santidade, não apenas ligada a realizações extraordinárias, mas também a virtudes vividas no cotidiano, no serviço aos pobres, na luta pela justiça e no compromisso com o bem comum (Silveira Siqueira, 2023).

Essa renovação também refletiu uma valorização das questões sociais e políticas, em uma tentativa de aproximar o conceito de santidade das realidades vividas pelo povo. A Igreja, especialmente no período pós-Vaticano II, passou a adotar um papel mais ativo no campo social e político, considerando o serviço aos pobres e marginalizados como uma forma autêntica de viver a santidade. A canonização de figuras como Oscar Romero e outros defensores dos direitos humanos, como os mártires da El Salvador, ilustra essa nova ênfase na santidade como um testemunho de fé em contextos de sofrimento e opressão social. A vida de Romero, por exemplo, reflete não só o martírio, mas também o compromisso com a justiça e a dignidade humana como uma expressão de santidade plenamente válida (Porsumato, 2020).

Além disso, o conceito de santidade foi recontextualizado no campo cultural, com a valorização de figuras e práticas que antes eram marginalizadas na Igreja, como as culturas não ocidentais. Antes do Concílio, a maioria dos santos canonizados eram homens de origem europeia, cujas histórias estavam fortemente vinculadas aos modelos de santidade vigentes nas tradições monásticas e clérigos ocidentais. No entanto, a partir do pós-Vaticano II, a Igreja começou a expandir o reconhecimento de

santos de diferentes culturas e origens, buscando dar visibilidade a santos de outras regiões do mundo, como a Ásia, África e América Latina, refletindo a diversidade e a universalidade da Igreja. A canonização de santos provenientes de contextos culturais e históricos distintos ampliou a compreensão da santidade, tornando-a uma meta acessível para todos os cristãos, independentemente de sua origem ou cultura. Isso também se refletiu na presença de pessoas canonizadas, como Santa Teresa de Lisieux e Madre Teresa de Calcutá, figuras que representaram não apenas a santidade como um ideal religioso, mas também como um testemunho de fé em contextos específicos de sofrimento e solidariedade. Essas mudanças visam refletir uma Igreja mais inclusiva e universal, que reconhece a santidade em diversas formas e expressões, integrando diferentes culturas e experiências de vida (Zugno, 2022).

Outra inovação importante foi a revalorização do corpo e da experiência humana no processo de santificação, um aspecto que esteve presente em muitas das práticas religiosas ao longo da história da Igreja, mas que foi profundamente revisitado no período pós-Vaticano II. Ao contrário de uma visão puramente ascética e desencarnada da santidade, que associava a virtude à renúncia ao corpo e aos prazeres terrenos, a Igreja começou a integrar uma visão mais holística da santidade, reconhecendo a importância do corpo e das realidades materiais na vivência da fé. Nesse contexto, surgiram novas interpretações sobre a santidade feminina, em especial, em relação ao sofrimento corporal das mulheres. Estudo sobre as hagiografias de mulheres, como as de Santa Teresa de Ávila, evidenciam como o corpo e o sofrimento foram reinterpretados na história da santidade, proporcionando uma leitura mais inclusiva e sensível ao sofrimento humano (Porsumato, 2020).

A liturgia também desempenhou um papel crucial no pós-Vaticano II, na medida em que passou a se tornar um espaço mais acessível e participativo para os fiéis, enfatizando a importância da santidade cotidiana. A reforma litúrgica promovida pelo Concílio buscou tornar os rituais e a celebração da Eucaristia mais compreensíveis e conectados com as realidades diárias dos fiéis. A Igreja deixou de ser vista como uma instituição distante, marcada por uma linguagem eclesial complexa, e passou a se aproximar das pessoas, com uma liturgia mais acessível e comunitária. A santidade, portanto, passou a ser vivida de maneira mais concreta e cotidiana, e a participação ativa dos leigos nos ritos e celebrações foi incentivada (Carli, 2021). Dessa forma, a experiência de santidade se tornou mais próxima, mais imersiva e mais acessível a todos os fiéis, pois a santidade não é mais vista como algo distante,

mas como um caminho a ser trilhado por todos no interior da Igreja, em todos os aspectos da vida.

Portanto, a evolução do conceito de santidade no período pós-Vaticano II revela uma profunda transformação na Igreja Católica, não apenas no processo de canonização, mas também na maneira como a santidade é entendida, vivida e celebrada. O conceito de santidade se tornou mais inclusivo, acessível e próximo da realidade cotidiana dos fiéis. A Igreja se tornou uma comunidade de fé que valoriza as diversas expressões de santidade, seja no campo social, político, cultural ou espiritual. Esse movimento de renovação reflete a tentativa da Igreja de se adaptar aos desafios do mundo contemporâneo, mantendo sua fidelidade aos princípios cristãos fundamentais, mas respondendo às necessidades espirituais e pastorais dos fiéis, em um mundo em constante mudança (Silveira Siqueira, 2023).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do conceito de santidade na história da Igreja reflete um movimento contínuo de adaptação às transformações culturais, sociais e espirituais que marcaram cada época, sem perder de vista os fundamentos essenciais da fé cristã. Desde os primórdios do cristianismo, com os mártires e confessores da era apostólica, passando pela consolidação de modelos monásticos e pela riqueza das hagiografias medievais, até alcançar o espírito de renovação pastoral concebido por São Justino Russolillo e promovido pelo Concílio Vaticano II, a santidade permaneceu como um ponto central na vida da Igreja e no testemunho cristão no mundo. Essa continuidade, contudo, não significa imobilidade; pelo contrário, evidencia uma capacidade de diálogo e ressignificação que permitiu à Igreja articular a santidade de forma a responder às demandas e desafios de cada contexto histórico.

Com o Concílio Vaticano II, a santidade foi redimensionada como um chamado universal, abrindo-se para novos horizontes que valorizam não apenas os aspectos extraordinários, mas também a vivência cotidiana da fé. Essa mudança de perspectiva trouxe consigo um novo vigor para a vida cristã, promovendo um entendimento mais inclusivo e acessível da santidade. A partir disso, tornou-se evidente que a santidade não é privilégio de um seleto grupo de pessoas, mas uma vocação que se manifesta de diferentes formas, seja na vida familiar, no trabalho, no serviço à comunidade ou no testemunho profético em contextos de sofrimento e injustiça. Essa abordagem amplia a identificação dos fiéis com os santos, ao mesmo tempo que reforça a missão da Igreja de ser um sinal vivo do Reino de Deus no mundo.

O processo de canonização, especialmente após as reformas promovidas por João Paulo II, reflete essa abertura pastoral e a busca por maior proximidade com a realidade dos fiéis. A descentralização das etapas iniciais e a simplificação dos procedimentos possibilitaram que o reconhecimento oficial da santidade fosse mais ágil e atento às realidades culturais e regionais. Além disso, a inclusão de santos provenientes de culturas não ocidentais e a valorização da santidade feminina demonstram o esforço da Igreja em expressar sua universalidade e em reconhecer a riqueza espiritual de suas diversas comunidades. Esses avanços, no entanto, não estão isentos de tensões, pois levantam questões sobre a preservação da autenticidade e dos critérios teológicos que sustentam o processo de canonização.

Ainda assim, são expressões de uma Igreja em diálogo consigo mesma e com o mundo.

A santidade no contexto pós-Vaticano II também aponta para a importância de integrar o espiritual e o social, unindo a vivência de fé com o compromisso com a justiça, a paz e a dignidade humana. Esse é um chamado especialmente relevante em uma sociedade cada vez mais marcada pela desigualdade e pela indiferença. A figura de santos como São Oscar Romero e Santa Dulce dos Pobres exemplifica essa integração, ao mostrar que a santidade se manifesta tanto na oração quanto no serviço aos necessitados. Essa visão amplia a compreensão da santidade como um testemunho concreto do amor de Deus no mundo, encorajando os cristãos a assumirem sua vocação de maneira plena e comprometida.

Portanto, as considerações finais sobre a evolução do conceito de santidade evidenciam não apenas a riqueza histórica desse tema, mas também sua relevância contemporânea. A santidade, em sua diversidade de expressões, permanece como um sinal de esperança e uma inspiração para a humanidade, apontando para a possibilidade de transformação pessoal e comunitária à luz do Evangelho. A Igreja, ao reconhecer e celebrar essa vocação universal, reafirma sua missão de ser um instrumento de santificação e de testemunhar a presença viva de Cristo em meio às complexidades do mundo atual. Dessa forma, o tema da santidade continua a ser um eixo central na reflexão teológica, pastoral e espiritual, convidando os cristãos a se comprometerem com uma vida de amor, serviço e fidelidade, que seja, ao mesmo tempo, um reflexo da glória de Deus e um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

As perspectivas futuras para o estudo e vivência do conceito de santidade na Igreja Católica apontam para caminhos desafiadores e promissores, em um contexto de profundas transformações sociais, culturais e espirituais. A compreensão da santidade como um chamado universal, consolidada pelo Concílio Vaticano II, continua a exigir uma reflexão teológica e pastoral que dialogue com os desafios do mundo contemporâneo, sem perder de vista a riqueza da tradição cristã. Essa tarefa requer um olhar atento às novas formas de espiritualidade, às demandas das comunidades locais e à necessidade de maior inclusão e representatividade nas expressões de santidade.

Um aspecto fundamental para o futuro é o aprofundamento da relação entre santidade e justiça social. Em um mundo marcado por desigualdades crescentes,

crises humanitárias e degradação ambiental, a santidade precisa ser compreendida como um compromisso com a transformação dessas realidades. O testemunho de santos contemporâneos, como Santa Dulce dos Pobres e São Oscar Romero, oferece inspiração para uma espiritualidade que integra oração e ação, promovendo a dignidade humana e a solidariedade. Assim, é provável que a Igreja continue a reconhecer como santos aqueles que, em meio às complexidades do mundo moderno, viveram de forma exemplar os valores do Evangelho, especialmente em contextos de sofrimento e exclusão.

Outra perspectiva futura é a valorização da diversidade cultural e regional na vivência da santidade. Com o avanço da globalização e o crescimento de comunidades católicas em regiões como a África, a Ásia e a América Latina, a Igreja tem a oportunidade de enriquecer sua compreensão da santidade com elementos próprios dessas culturas. Essa diversidade já é visível nos processos de canonização mais recentes, mas pode ser ampliada à medida que a Igreja fortaleça seu diálogo com as tradições locais e reconheça a santidade em contextos que, historicamente, receberam menos atenção. Isso também implica uma reflexão sobre os critérios de santidade, que precisam ser flexíveis o suficiente para acolher diferentes expressões de fé, sem comprometer a universalidade dos valores cristãos.

Além disso, o avanço das ciências humanas e sociais pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel histórico e sociocultural da santidade. Pesquisas sobre hagiografia, espiritualidade laical e a relação entre corpo e santidade, por exemplo, têm o potencial de iluminar aspectos até então pouco explorados da experiência cristã. A interdisciplinaridade, nesse sentido, será um recurso valioso para articular tradições teológicas e realidades contemporâneas, ampliando o horizonte da reflexão sobre a santidade.

No campo pastoral, uma das principais perspectivas é a educação para a santidade como parte da formação cristã. Em uma sociedade que valoriza a individualidade e o imediatismo, há um grande desafio em apresentar a santidade como um caminho de vida atraente e acessível, especialmente para as novas gerações. Isso requer métodos inovadores de catequese e evangelização, que integrem as tecnologias digitais e valorizem o protagonismo dos leigos. A Igreja pode investir em programas que demonstrem como a santidade pode ser vivida no cotidiano, seja no âmbito familiar, profissional ou comunitário, fortalecendo assim a ideia de que todos são chamados a participar dessa vocação universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCANTARA, Thamires, D. et al. **Hagiografia como legitimação da santidade do apóstolo Valdemiro Santiago de Oliveira (1996-1998)**. 2020.
- ALMEIDA, Tiago. **História do Pentecostalismo Brasileiro: origem, crescimento e expansão**. Rev. Estud. Pentecostais Assembleianos, v. 8, 2021.
- ALVES, Daniele R.; SARAIVA PAIVA, Antonio C.; DE SOUSA, Kelyane S. **As "Santas do Povo" no Ceará: A relação entre corpo em sofrimento e produção de santidade, a partir de um olhar de gênero**. Rev. Temporis [Ação], v. 22, n. 2, 2022.
- ARAGÃO, Gilbraz. **O dom do diálogo**. Fronteiras-Rev. Teol. da Unicap, v. 4, n. 2, p. 508-532, 2021.
- AZEVEDO, David J. S. **Do ideal ao real na vocação laical matrimonial à santidade: O casal Franz e Fransizka Jägerstätter**. 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa (Portugal).
- BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante**. Editora Vozes, 2022.
- CAIXETA, Vinícius. **Direito Canônico e Direito de Família**. 2020.
- CARLI, Vitoria B. A. De. **A espiritualidade laical e sua índole secular à luz do concílio ecumênico Vaticano II: a santidade no cotidiano**. 2021.
- DA SILVEIRA SIQUEIRA, Fabio. **Resumos das Dissertações defendidas em 2022**. Pesquisas em Teologia, v. 6, n. 12, p. 398-417, 2023.
- DE CARLI, Vitoria B. A. **Espiritualidade Laical: a Santidade no cotidiano**. Editora da PUCRS, 2022.
- DE OLIVEIRA, Jordana C. G.; JUNIOR, João F. **A presença dos evangélicos no cenário político brasileiro**. Reflexão, 2022.
- DE PINHO FALCÃO, Nuno. **Entre claustro e cátedra: São Lourenço Justiniano e as transformações de um modelo de santidade**. Via Spiritus: Rev. História Espiritualidade e Sentimento Religioso, n. 28, 2021.
- DE SÁ BRANDÃO, Marcella. **Relações de poder e gênero: reflexões a partir da escrita de Madre Teresa de Jesus**. Nos impérios ibéricos. Séculos XVI-XIX, p. 14, 2024.
- DIAS, Júlio C. T. **Santos Cosme e Damião: caminhos de uma devoção**. Editora Dialética, 2022.
- DURÃES, João. **Entre a Bética e a Galécia: a construção da memória de S. Torcato de Guimarães nos séculos XVI-XVII**. eHumanista: J. Iberian Stud., n. 48, p. 191-208, 2021.

GOMES, Rute S. R. **A santidade feminina no Portugal medieval: os usos do corpo**. 2023. Tese de Doutorado.

GROSSEGESSE, Orlando. **A Santidade como problema discursivo – de A relíquia às lendas de Santos**. Rev. Vária Escrita, n. 04, p. 139-154.

LEAL, Luís. **A Piedade não é piegas”. Padre Américo Monteiro de Aguiar: entre a autodiegese e uma “hagiografia incarnada”**. Via Spiritus: Rev. História Espiritualidade e Sentimento Religioso, n. 27, p. 113-147, 2021.

MALHEIROS, Isaac; BOECHAT, Davi. **A comunhão das sociedades metodistas: uma resposta à atomização da fé cristã**. Kerygma, v. 18, n. 1, p. e1604-e1604, 2023.

MARTÍN, Julián L. **A liturgia da Igreja: teologia, história, espiritualidade e pastoral**. Editora Vozes, 2022.

MOREIRA JÚNIOR, Rogério et al. **Repensar a pregação: as implicações para o anúncio da palavra em uma igreja pós-pandemia**. 2023.

MOREIRA, Alexandre M. T. **A Santidade: porta do Céu, calendário da vida: o Ministério Episcopal da Santidade em D. António Francisco dos Santos: 2006-2017**. 2020. Tese de Doutorado.

NETO, Carlos C. **Cristianismo e revolução: uma leitura do romance Directa, de Nuno Bragança, à luz do conceito de evolução de Teilhard de Chardin**. Teoliterária, v. 12, n. 26, p. 31-52, 2022.

PORSUMATO, Camila B. **Corpo e santidade na hagiografia dominicana do século XIII: a Legenda aurea de Jacopo de Varazze (â 1298)**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RUSSOLILLO, Giustino. **Opera Omnia, Vol 25**. 2012. Edizioni Vocazioniste.

RUSSOLILLO, Giustino. **Opera Omnia, Vol 26**. 2012. Edizioni Vocazioniste.

SANTOS, Fernanda. **O martírio no contexto da Companhia de Jesus: a parénese do padre Antônio Vieira**. 2020. ,

SILVA, Cláudio J. da et al. **A doutrina da Assembleia de Deus acerca da relação sexual antes do casamento: as perspectivas de adolescentes da Igreja Assembleia de Deus no tocante à experiência sexual**. 2022.

SILVA, Tatiana O. da et al. **“Mártir da pureza, heroína da castidade”: a construção da santidade de Benigna Cardoso em Santana do Cariri/CE-(1941-2022)**. 2023.

SJ, Washington P. **O contexto litúrgico sacramental da Igreja em sua evolução histórica**. Paulus Editora, 2022.

SOUZA, Jonas L. de et al. **O evangelho social e a contextualização do Reino de Deus como fator de salvação da ordem social**. 2023.

ZUGNO, Vanildo Luiz. **As vagas do Espírito na História da Igreja.** Fronteiras-Rev. Teol. da Unicap, v. 5, n. 2, p. 256-279, 2022.